

**A C**

**A C E**

**C N F**

**2 2 6**

179

1 / 2



S. N. I.
AGENCIA CENTRAL
000658 10 JAN 79
PROTOCOLO

# FICHA DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS

ACE 226 - 79

## 1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

ORIGEM: C I E TIPO: INFÃO Nº 0 3 1 DATA: 09 jan 79  
 CLASSIF: CONF. REF: \_\_\_\_\_  
 ANEXOS: 1a5 e 8a10 - Xerox de Docs.  
 ASSUNTO: VIII REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

(B)

## 2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

ORIGINAL	<u>SE16</u>			
CÓPIAS	<input type="checkbox"/> CHEFE DO SNI	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/AC	<input type="checkbox"/> SC-2	<input type="checkbox"/> SC-5
	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/SNI	<input type="checkbox"/> SS-051	<input type="checkbox"/> SC-3	<input type="checkbox"/> SC-6
	<input type="checkbox"/> CHEFE DA SAD	<input type="checkbox"/> SC-1	<input type="checkbox"/> SC-4	<input type="checkbox"/> SC-7
OUTROS DESTINATÁRIOS				

## 3. ORIENTAÇÃO

TOMAR CONHECIMENTO	REGISTRAR	FALAR COM A CHEFIA	APROFUNDAR	PROCESSAR	INTEGRAR	ARQUIVAR
MONTAR INFÃO PARA:			DIFUNDIR PARA:			

## 4. ORDENS PARTICULARES:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

*[Handwritten Signature]*  
 \_\_\_\_\_  
 RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA FICHA

## 5. PROVIDÊNCIAS:

ARCE  
*[Handwritten Signature]*  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

CONFIDENCIAL

S. N. I.  
AGENCIA CENTRAL SNI

000658 10 JAN 79

226 - 79

PROTOCOLO

09 JAN 1979

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
GABINETE DO MINISTRO

BRASÍLIA, DF, de 09 JAN 1979 de 19

CIE

## INFORMAÇÃO N.º 031 /S-102-A5-CIE

1. Assunto: VIII REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)
2. Origem: CIE
3. Difusão: I, II, III e IV Ex - CMA - CMP - 4a DE - 5a RM/DE - 6a, 8a, 9a e 10a RM - AC/SNI - CISA - CENIMAR - CI/DPF.
4. Difusão Anterior:
5. Referência:
6. Anexo: Relacionado no item 8.

Os documentos constantes do anexo foram apreendidos no aparelho do Secretariado do CC/PCB, sito à rua Ferreira Catão 721, IRAJÁ, RIO DE JANEIRO/RJ, cujo caseiro era MILTON BARBOSA DOS SANTOS, durante operações realizadas contra o PCB em Jun/Jul 75, pelo DOI/I Ex.

São documentos relativos à VIII reunião do Comitê Central (CC) eleito no VI Congresso, por isso referida abreviadamente como VIII/VI.

Com base nos referidos documentos, em dados de arquivo e conhecimento pessoal do analista, pode-se recompor os fatos ocorridos na VIII/VI reunião do CC:

1. Data (Período)

Início: 28 Mai 72

Término: 05 Jun 72.

2. Duração

8 (oito) dias.

3. Local

Sítio em ITAQUAQUECETUBA, nos arredores de S. PAULO/SP (área da Grande S. PAULO) cujo caseiro era ALÍPIO ABRANTES e o responsável WALTER DE SOUZA ~~DE SOUZA~~ RIBEIRO (Beto), que também funcionava como motorista.

4. PRESENCAS

4.1 - Membros do CC/PCB

- GIOCONDO GERBASI ALVES DIAS (NEVES)

CONFIDENCIAL





CONFIDENCIAL

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / S. 102 / A5 - CIE, de 09 JAN 1979 - 02 -)

- RENATO OLIVEIRA DA MOTA (GONZAGA)
- MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO (JAQUES)
- WALTER DE SOUZA RIBEIRO (BETO)
- ELSON COSTA (CARLOS, ELI)
- OSVALDO PACHECO DA SILVA (PATRÍCIO)
- SEVERINO TEODORO DE MELO (VINÍCIOS)
- ANTÔNIO RIBEIRO GRANJA (HEITOR)
- LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO (ALDO)
- ORESTES TIMBAÚBA RODRIGUES (CAIO)
- GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS (MARCELO)
- GIVALDO PEREIRA SIQUEIRA (ROCHA, FLÁVIO)
- ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA (JOEL)
- FERNANDO PEREIRA CHRISTINO (NEI)
- ARISTEU NOGUEIRA CAMPOS (CAETANO)
- ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JUNIOR (JORGE)
- SALOMÃO MALINA (JOAQUIM)
- SEBASTIÃO VITORINO DA SILVA (CASTRO)
- JAIME AMORIM DE MIRANDA (JOÃO)
- HUMBERTO DE LUCENA LOPES (CARVALHO)
- FUED SAAD (HÉLIO)

## 4.2 - Motorista

CÉLIO AUGUSTO GUEDES

## 4.3 - Caseiro

ALÍPIO ABRANTES

## 4.4 - Assistência Médica

FUED SAAD.

## 5. MESA DIRETORA

- MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO (JAQUES) ✓
- ELSON COSTA (ELI) ✓
- ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA (JOEL) ✓
- FERNANDO PEREIRA CHRISTINO (NEI) ✓
- ARISTEU NOGUEIRA CAMPOS (CAETANO). ✓

## 6. ORDEM DO DIA

## 6.1 - Discussão Política

## 6.2 - Discussão sobre o Trabalho Militar (TM)

CONFIDENCIAL



**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S-102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 03-)

- 6.3 - Discussão Sobre o Trabalho Especial (TE)
- 6.4 - Discussão Sobre a Política de Agitação e Propaganda (Agit - Prop)
- 6.5 - Discussão Sobre o Plano de Construção e Consolidação do Partido nas Empresas (PLACCONPE).
- 6.6 - Discussão Sobre o Plano de Finanças
- 6.7 - Discussão Sobre Alguns Problemas de Quadros; Rodízio; Casos MEIRELLES, MENDES, etc.
- 6.8 - Eleições: Tesoureiro do CC e uma vaga no Secretariado.
- 6.9 - Resoluções
- 6.10 - Sessão solene sobre o 50º aniversário do Partido Comunista Brasileiro.

## 7. DESENVOLVIMENTO

## 7.1 - Abertura

Os trabalhos foram abertos por GIOCONDO GERBASI ALVES DIAS (NEVES), Secretário-Geral Substituto do PCB que empossou a mesa diretora, presidida por ELSON COSTA (ELI), que dirigiu a VIII/VI Reunião do CC/PCB.

## 7.2 - A seguir, foram aprovados a ordem-do-dia e a seguinte proposta de tempo para as intervenções:

- 20 minutos para o 1º ponto de Abertura Política;
- 10 minutos para o 2º ponto sobre o Trabalho Militar (TM);
- 10 minutos para o 3º ponto sobre o Trabalho Especial (TE);
- 15 minutos para o 4º ponto sobre propaganda;
- 10 minutos para o 5º ponto sobre o PLACCONPE;
- 10 minutos para o 6º ponto sobre Finanças.

Quanto ao tempo das intervenções do 7º, 8º, 9º e 10º pontos serão encaminhados pela Mesa do plenário no curso dos trabalhos da abordagem dos referidos pontos da ordem-do-dia.

## 7.3 - Composição das Comissões

## 7.3.1 - Comissão Política:

- GIOCONDO GERBASE ALVES DIAS (NEVES);

**CONFIDENCIAL**



**CONFIDENCIAL**(Cont d a INFORMAÇÃO n.º 081 / / s. 102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 04-)

- MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO (JAQUES);
- GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS (MARCELO).

## 7.3.2 - Comissão sobre o TM e o TE:

- RENATO OLIVEIRA DA MOTA (GONZAGA)
- SEVERINO TEODORO DE MELO (VINICIUS)
- SALOMÃO MALINA (JOAQUIM).

## 7.3.3 - Comissão sobre Agitação e Propaganda:

- ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JUNIOR (JORGE)
- SEBASTIÃO VITORINO DÁ SILVA (CASTRO)
- GIVALDO PEREIRA SIQUEIRA (FLÁVIO).

## 7.3.4 - Comissão sobre o PLACCONPE:

- ARISTEU NOGUEIRA CAMPOS (CAETANO)
- ANTÔNIO RIBEIRO GRANJA (HEITOR)
- WALTER DE SOUZA RIBEIRO (BETO).

## 7.3.5 - Comissão sobre o Plano de Finanças:

- FERNANDO PEREIRA CHRISTINO (NEI)
- OSVALDO PACHECO DA SILVA (PATRÍCIO)
- LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO (ALDO).

## 7.3.6 - Comissão de Assuntos Gerais e sobre Problemas de Quadros, Rodízios, etc:

- JAIME AMORIM DE MIRANDA (JOÃO)
- ORESTES TIMBAÛBA RODRIGUES (CAIO)
- HUMBERTO DE LUCENA LOPES (CARVALHO)

## 7.3.7 - Comissão para Eleição dos Órgãos Dirigentes do CC:

- FERNANDO PEREIRA CHRISTINO (NEI)
- ARISTEU NOGUEIRA CAMPOS (CAETANO)
- SEBASTIÃO VITORINO DA SILVA (CASTRO).

## 7.3.8 - Comissão de Disciplina e Vigilância:

- VALTER DE SOUZA RIBEIRO (BETO)
- OSVALDO PACHECO DA SILVA (PATRÍCIO)
- FERNANDO PEREIRA CHRISTINO (NEI).

## 7.3.9 - Comissão pela Alimentação e Higiene:

- ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA (JOEL)

**CONFIDENCIAL**

**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S. 102 / A5 - CIE, de 09 JAN 1979 05 -)

- HUMBERTO DE LUCENA LOPES (CARVALHO)
- GIVALDO PEREIRA SIQUEIRA (FLÁVIO).

## 7.3.10 - Secretaria do CC:

- ARISTEU NOGUEIRA CAMPOS (CAETANO)
- ANTÔNIO RIBEIRO GRANJA (HEITOR)

## 7.3.11 - Responsável pela Assistência Médica:

- FUED SAAD (HÉLIO)

## 7.3.12 - Orador da Homenagem Póstuma a membros do CC Falecidos:

- RENATO OLIVEIRA DA MOTA (GONZAGA)

## 7.3.13 - Orador da Sessão Solene de Homenagem ao 50º Aniversário do PCB:

- OSVALDO PACHECO DA SILVA (PATRÍCIO)

## 7.4 - Horário de Trabalho da VIII/VI:

Foi apresentada e aprovada a seguinte proposta de trabalho para a VIII/VI reunião do CC:

## Manhã:

- 1a. Sessão de Trabalhos - 0730 h/0930 h
- Intervalo para café - 0930 h/1000 h
- 2a. Sessão de Trabalhos - 1000 h/1200 h
- Almoço - 1200 h/1400 h

## Tarde:

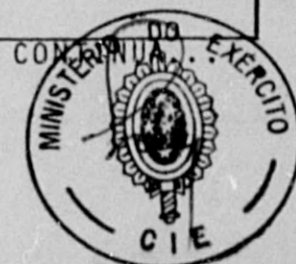
- 3a. Sessão de Trabalhos - 1400 h/1600 h
- Intervalo para café - 1600 h/1630 h
- 4a. Sessão de Trabalhos - 1630 h/1830 h

## 7.5 - A Discussão Política

## 7.5.1 - Foi iniciada com base em Informe elaborado e apresentado por:

- GIOCONDO GERBASI ALVES DIAS (NEVES)
- MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO (JAQUES)
- LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO (ALDO).

A discussão política teve por escopo fazer uma avaliação da situação nacional e internacional no período compreendido entre a realização da VII/VI e a VIII/VI reuniões do CC.

**CONFIDENCIAL**



**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S. 102 / A5 -CIE, de 09-JAN 1979 -06 -)

Os objetivos da Discussão Política foram:

"- Focalizar alguns problemas, considerados importantes, da situação em desenvolvimento;

- Despertar o debate sobre esses problemas e também sobre outros que, na opinião do CC/PCB, devam ser analisados;

- Destacar as tarefas em que o PCB, na opinião do CC, deve concentrar suas forças e esforços".

O documento base para esse primeiro tópico da VIII/VI Reunião do CC/PCB foi intitulado "Esquema da Abertura da Discussão Política", e consta do anexo nº 2 à presente informação.

7.5.2 - Após o debate sobre a situação política foi aprovada a seguinte resolução interna:

"RESOLUÇÕES DO COMITÊ CENTRAL NO 1º PONTO DA ORDEM-DIA

- Encarregar a Comissão Executiva de elaborar, publicar e descer ao Partido um esquema ampliado da discussão política feita neste Pleno, levando em conta a abertura apresentada e os debates realizados.

- Levando em conta a importância da orientação e das diretivas contidas na Nota Sindical, lançada pela Comissão Executiva cumprindo uma decisão anterior da direção central do Partido, o Comitê Central determina que ela seja discutida em todas as organizações partidárias. Esta discussão deve ser feita tendo em vista, basicamente, a que se adote medidas efetivas para o cumprimento da orientação e das tarefas traçadas na referida Nota.

Paralelamente, aprovou a resolução de divulgar o esquema ampliado da discussão política a ser publicado na Voz Operária".

7.6 - A Discussão Sobre o Trabalho Militar (TM)

7.6.1 - Foi iniciada com base em Informe elaborado e apresentado por RENATO OLIVEIRA DA MOTA (GONZAGA), constante

**CONFIDENCIAL**

**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S. 102 / A5 - CIE, de 09 JAN 1979 -07 -)

do anexo nº 3 e que será objeto de análise à parte.

O trabalho apresentado por RENATO OLIVEIRA DA MOTA (GONZAGA) um dos integrantes da Seção do Trabalho Militar do CC/PCB foi considerado fraco e incompleto, não possibilitando, por isso, que o assunto fosse debatido com maior profundidade.

7.6.2 - Sobre o Trabalho Militar foi aprovada a seguinte resolução interna:

"RESOLUÇÃO SOBRE O 2º PONTO DA ORDEM-DO-DIA:

- O CC continuará a discussão desse ponto em sua próxima reunião.
- A C Ex providenciará a apresentação de um balanço do trabalho nessa frente de atividade partidária.
- Consideradas as necessidades do trabalho, a C Ex fica autorizada a determinar que Comitês Estaduais realizem o trabalho militar em suas jurisdições!"

7.7 - A Discussão Sobre o Trabalho Especial (TE)

7.7.1 - Foi iniciada com base em Informe elaborado e apresentado por SEVERINO TEODORO DE MELLO (VINICIUS), constante dos anexos nº 4 e 5 e que serão objeto de análise à parte.

O Trabalho Especial (TE) como o nome indica, constitui-se de uma série de atividades específicas e fundamentais para a vida do PCB, entre elas, o preparo dos militantes para todas as formas de luta pacíficas e não pacíficas.

Pela sua importância e profundidade o assunto não foi esgotado na VIII/VI Reunião do CC/PCB que decidiu voltar ao mesmo na IX/VI reunião, o que não veio a ocorrer.

7.7.2 - Sobre o Trabalho Especial (TE) foi aprovada a seguinte resolução interna:

"RESOLUÇÃO SOBRE O 3º PONTO DA ORDEM-DO-DIA:

1. O CC continuará a discussão desse ponto em sua próxima reunião. Para isso, a C Ex providenciará a

**CONFIDENCIAL**



**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / S. 102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 08-)

reedição do documento "BALANÇO E PERSPECTIVAS DO TRABALHO ESPECIAL" e apresentará uma proposta de Resolução e um Plano de Trabalho para o TE.

2. Os CCEE, principalmente os de concentração, designarão desde já Encarregados estaduais para o TE e tomarão as medidas preliminares para o oportuno reinício do trabalho especial.
3. O Encarregado do TE providenciará a elaboração das aulas, de modo a serem incluídas no plano de trabalho e aprovadas juntamente com este."

7.8 - Discussão sobre a Política de Agitação e Propaganda

- 7.8.1 - Foi realizada com base em documento elaborado por ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JÚNIOR (JORGE), constante do anexo nº 6, e que será objeto de análise à parte.

Trata-se de documento de profundidade, escrito por elemento conhecedor do assunto e que durante mais de 30 anos de militância comunista atuou em atividades de Agitação e Propaganda.

- 7.8.2 - Sobre a Política de Agitação e Propaganda foi aprovada a seguinte resolução.

"RESOLUÇÃO SOBRE O 4º PONTO DA ORDEM DO DIA

O CC depois de discutir o 4º Ponto da ordem do dia, resolve:

- 1- Aprovar o Informe sobre a política de agitação e propaganda.
- 2- Determinar que a CEx elabore, com base no Informe, uma resolução sintética e prática sobre a política de agitação e propaganda.
- 3- Determinar que a resolução sobre a política de agitação e propaganda desça ao conjunto do Partido para ser discutida e aplicada.
- 4- Determinar que o Informe "Sobre a política de agitação e propaganda" desça ao Partido como um subsídio ao estudo e desenvolvimento da atividade de agitação e propaganda."

Efetivamente, com ligeiras modificações, o trabalho

**CONFIDENCIAL**

**CONFIDENCIAL**

(Cont d a INFORMAÇÃO n.º 031 / S. 102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 -09 -)

de ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JÚNIOR (JORGE) foi impresso em maio de 1973, sob a forma de livreto, intitulado: "A Política de Agitação e Propaganda" e distribuído fartamente ao conjunto do partido. A impressão e a distribuição foram feitas pela Seção de Agitação e Propaganda (SAP/CC/PCB).

7.9 - Discussão Sobre o Plano de Construção e Consolidação do Partido nas Empresas (PLACCONPE).

7.9.1 - Foi efetuada com base em Informe elaborado e apresentado por ARISTEU NOGUEIRA CAMPOS (CAETANO), constante do anexo nº 7, e intitulado Balanço da Aplicação do PLACCONPE.

Trata-se de uma apreciação dos resultados até então obtidos visando criar o maior número possível de estruturas do PCB (OB, Comitês) nas empresas industriais, particularmente nas grandes empresas vitais à economia nacional.

7.9.2 - Sobre o PLACCONPE o CC aprovou a seguinte resolução:

"RESOLUÇÕES SOBRE O 5º PONTO DA ORDEM DO DIA;  
RESOLUÇÕES DO C.C. SOBRE ORGANIZAÇÃO

O Comitê Central do PCB após discutir o balanço do PLACCONPE na execução de sua 1ª. Fase, examinou os problemas de organização e

RESOLVE:

- 1º - Criar uma Comissão Especial, constituída por JAIME AMORIM DE MIRANDA (JOÃO); FERNANDO PEREIRA CHRISTINO (NEI, CLÁUDIO) e ARISTEU NOGUEIRA CAMPOS (CAETANO) para examinar e introduzir as modificações necessárias no Modelo do PLACCONPE e elaborar:
- a) - O projeto da Política de Organização do Partido;
  - b) - O novo projeto do PLACCONPE do C.C., cuja execução deverá começar em março de 1973.
- 2º - Substituir a construção e consolidação do Partido na ELETROBRAS no plano do C.C. pela LIGTH

**CONFIDENCIAL**



**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / S. 102 / A5 -CIE, de 05 JAN 1979 -10 -)

e concentrar o trabalho na PETROBRAS e na CEN  
TRAL.

3º - Discutir e orientar a aplicação das Normas de Organização do Partido nas Grandes Empresas de âmbito nacional, nas Organizações Intermediárias.

4º - Determinar à Comissão Executiva que tome medidas no sentido de que os assistentes às Organizações intermediárias estejam em condições de transmitir orientação para as diversas frentes, de acordo com a situação".

#### 7.10 - Discussão Sobre o Plano de Finanças

7.10.1 - O informante sobre o Plano de Finanças foi FERNANDO PEREIRA CHRISTINO, membro do Secretariado do CC/PCB e encarregado das atividades de Finanças, no Secretariado, uma vez que desde a morte de RAMIRO LUCHESI (BENTO) não fora designado um novo Tesoureiro do CC, e ainda, devido a não ter sido indicado um encarregado para a Seção de Finanças.

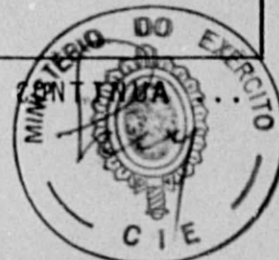
Os documentos elaborados por FERNANDO PEREIRA CHRISTINO não foram apreendidos. Entretanto, o "Plano do V Mês Nacional de Finanças" foi publicado no Jornal Voz Operária.

7.10.2 - Sobre o Plano de Finanças foi aprovada a seguinte resolução:

"RESOLUÇÃO SOBRE O TRABALHO DE FINANÇAS  
(6º ponto)

O C.C. resolve:

- 1) Dar prosseguimento à luta pela aplicação e controle da Resolução sobre Finanças de 1968, do Regulamento de Finanças e das Resoluções aprovadas no Pleno de setembro de 1971.
- 2) Aprovar o Plano de Trabalho de Finanças do C.C., incluindo o Plano do V Mês Nacional de Finanças e a previsão orçamentária do C.C. para o ano de 1972."

**CONFIDENCIAL**

**CONFIDENCIAL**(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S. 102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979. 11 -)

7.11 - Discussão sobre Alguns Problemas de Quadros do CC e Rodízios de Quadros no Exterior.

7.11.1 - O informante sobre este ponto da ordem-do-dia foi JAI ME AMORIM DE MIRANDA (JOÃO).

A discussão foi realizada com base em duas propostas da Comissão Executiva ao Comitê Central, constantes do anexo nº 1.

As duas propostas da CEx foram aprovadas, com ligeiras modificações, resultando nas seguintes resoluções:

"RESOLUÇÕES SOBRE O 7º PONTO DA ORDEM DO DIA

1. Rodízio

a) Camarada LUIZ CARLOS PRESTES (ALFREDO). Prorrogar por mais um ano a permanência do camarada ALFREDO no exterior, tendo em vista persistirem as razões que determinaram sua viagem e a importância e repercussão do trabalho que o camarada vem realizando em benefício do Partido e da luta contra a ditadura.

A CEx deverá providenciar o envio de um camarada do CC para informar o cam. ALFREDO sobre os trabalhos e resoluções deste pleno, sobre esta decisão e a melhoria das relações de trabalho. Nesse sentido, assegurar a participação do cam. ALFREDO no processo de preparação e realização do VII Congresso.

b) Camarada ZULEIKA D'ALEMBERT (MARTA). Determinar o regresso da cam. MARTA por ter completado o prazo de dois anos de permanência no exterior.

c) Designar o camarada ARMÊNIO GUEDES (GENARO) como representante do CC junto ao CC do PC CHILE, pelo prazo de um ano.

d) Camarada LUIZ TENÓRIO DE LIMA (JUSTINO). Designar o cam. JUSTINO para o curso da Escola Leninista de Quadros, após consulta ao

**CONFIDENCIAL**



CONFIDENCIAL

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / S. 102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 -12 -)

- e) Propor o camarada ANTÔNIO CHAMORRO (XAVIER) para o cargo junto à FSM, encarregando a CEx de discutir com o referido cam. o encaminhamento desta proposta, levando em conta sobretudo razões de segurança na tarefa que ele desempenha atualmente.
- f) Camarada ROBERTO MORENA (MURILO). Encarregar a CEx de preparar as condições para a volta do cam. MURILO ao país até dezembro do presente ano.
- g) Determinar que o camarada ARMANDO ZILLER (IVO) permaneça mais um ano no exterior, representando o CC junto ao CC do PC Argentino.
- h) Camarada AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO (ARTUR). Prorrogar por mais um ano a permanência do camarada ARTUR no cumprimento de suas tarefas junto ao PC Francês. No caso do cam. ARTUR não concordar com esta decisão, fica a CEx autorizada a substituí-lo.

## 2. Problemas de alguns quadros

- a) OTACÍLIO. Expulsar publicamente das fileiras do Partido, como traidor, OTACÍLIO NUNES GOMES. Ao transmitir essa decisão ao Partido, chamar a atenção dos militantes para o dever revolucionário de uma posição firme e corajosa diante do inimigo de classe.
- b) Camarada JOSÉ MENDES DA SILVA (MENDES). Aprovar a posição da CEx em não convocá-lo para esta reunião. Resolve ainda que o cam. MENDES não assuma suas funções de membro efetivo do CC até decisão definitiva do CC, devido à atitude tomada por ele com relação ao processo que lhe foi movido pela ditadura. Tal atitude é incompatível com a condição de dirigente comunista. Resolve ainda nomear uma Comissão para transmitir-lhe sua decisão, ouvi-lo sobre o assunto, apurar a

CONFIDENCIAL



(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / S. 102 / A5 - CIE, de 09 JAN 1979 - 13 -)

extensão dessa atitude, oferecendo ao mesmo a oportunidade de uma autocrítica. A Comissão deverá apresentar relatório na próxima reunião do CC, após o que este tomará uma decisão definitiva.

Designar para compor essa comissão os camaradas SEVERINO TEODORO DE MELO (VINICIUS) e JAIME AMORIM DE MIRANDA (JOÃO).

c) Camarada MOISÉS VINHAS (MEIRELES). Face à denúncia feita ao CC pelo camarada ELSON COSTA (ELI), da mais extrema gravidade, contra o cam. MEIRELES, o CC resolve adotar as seguintes medidas.

1º- Aprovar a posição da CEx não convocando-o para esta reunião.

2º- Considerar como sendo da maior importância para o interesse do Partido e do próprio cam. MEIRELES apurar a procedência da denúncia.

3º- Constituir uma comissão composta pelos camaradas JAIME AMORIM DE MIRANDA (JOÃO) e SEVERINO TEODORO DE MELO (VINICIUS) para averiguar os fatos contidos na denúncia.

4º- Até o posterior esclarecimento dos fatos, o cam. MEIRELES deve ser afastado das tarefas da CO, da Com. de Quadros e das reuniões do CC.

5º- Até que o CC tome esta decisão, este problema deve ficar sob o mais rigoroso sigilo, não podendo ser transmitido a nenhum outro camarada além dos membros efetivos do CC, salvo os casos que, a critério da CEx, devam constituir exceção.

6º- A CEx deverá acompanhar o processo de averiguação e o trabalho correspondente.





tomando as medidas compatíveis e adequadas ao caso, e designar o cam. MEIRELES para a outra tarefa.

- d) Camarada LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO (ALDO) Encarregar a Com. Ex. de tomar as medidas necessárias para concentrar a atividade do Cam. ALDO nas tarefas da Seção de Entendimentos Políticos e providenciar a reestruturação da Seção de Massas.

O desligamento final do cam. ALDO da Seção de Massas deverá ser precedido de um balanço do trabalho da Seção, a ser feito pela CEx.

- e) Camarada HÉRCULES CORREIA DOS REIS (MACEDO) O CC tomando conhecimento da responsabilidade do cam. MACEDO no envio de uma delegação à URSS, na qual foram incluídos dois Trotskystas e da repercussão negativa que esse fato ocasionou para o nosso Partido, resolve ratificar a crítica da CEx ao cam. MACEDO e voltar a discutir o assunto, na próxima reunião do CC, com a presença do cam. MACEDO. Levar esta decisão ao conhecimento do Comitê Estadual de SÃO PAULO, e de que a posição do Partido em relação ao trotskismo e aos trotskystas não sofreu alteração alguma.
- f) Camarada SINVAL DE OLIVEIRA BAMBIRRA (BAMBIRRA). Determinar que a CEx examine o caso do cam. BAMBIRRA e preste uma informação na próxima reunião do CC.

7.11.2 - Ainda como parte do item 7 da ordem-do-dia foram apreciados dois assuntos:

- uma proposta de FUED SAAD (HÉLIO) para a realização em PARIS de um Encontro Europeu de Solidariedade ao Povo Brasileiro;
- o recurso do Comitê Universitário do Estado da GUANABARA (CU/GB) a propósito da punição que foi imposta



(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / S. 102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 15-)

ao seu 1º Secretário pelo Comitê Estadual da GUANABARA (CE/GB), conforme documento anexo nº 8.

Sobre esses assuntos foram aprovadas as seguintes resoluções:

- "1. Aprovar a proposta do cam. FUED SAAD (HELIO), como indicação à CEx, no sentido de fazer uma consulta ao PCF, para a realização em PARIS de um Encontro europeu de solidariedade ao povo brasileiro.
2. Recurso do CU da GB ao CC - o CC, apreciando o recurso do CU da GB, a propósito de seu 1º Secretário, por não ter tido um comportamento correto quando da sua prisão, resolve:
  - a) Não acolher o recurso da CU da GB por considerar que o mesmo não tem cabimento face aos princípios que deve nortear a conduta de um comunista diante do inimigo de classe.
  - b) Ratificar a decisão tomada no caso pela Comissão Organizadora Provisória do Partido na GUANABARA.
3. Recomendar que seja dado prosseguimento à discussão de cunho ideológico que está sendo feita no CU da GB, baseada em documento da CEx sobre o assunto.
4. Recomendar à Comissão da GB, junto com a CEx, estudar o aproveitamento do cam. ALOÍSIO TEIXEIRA (SAMUEL) numa outra tarefa, oferecendo-lhe a oportunidade para, noutra tarefa, continuar seu processo autocrítico.

Quanto às críticas e observações contidas no recurso do CU da GB, o CC procederá ao seu exame dentro do exame geral que está sendo feito do problema global das questões de segurança do Partido na GUANABARA."

Com relação à proposta de FUED SAAD (HELIO) efetivamente a CEx do PCB, por intermédio do representante do





**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S-102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 16-)

partido junto ao PC Francês, à época (1972) AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO (ARTUR), realizou os contatos necessários do que resultou a realização do COLÓQUIO EUROPEU SOBRE O BRASIL, nos dias 12 e 13 Jan 74, em PARIS/FR, objeto da Informação nº 1329/S-102-A5, de 26 Out 78, do CIE.

Quanto ao recurso do CU da GB, trata-se da punição imposta a ALOÍSIO TEIXEIRA (SAMUEL), que, ao ser preso, revelou no IP dados referentes à sua militância e sobre as atividades do Comitê Universitário. Será objeto de análise à parte.

7.12 - Eleições do Tesoureiro do CC e uma vaga no Secretariado do CC.

O oitavo item da ordem-do-dia, por decisão do plenário, recebeu a seguinte designação:

"Eleição dos Órgãos Dirigentes do CC".

Sobre este item foi apresentada uma proposta da Comissão Executiva que foi aprovada em parte, do seguinte teor:

"PROPOSTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA AO COMITÊ CENTRAL SOBRE MODIFICAÇÕES DE ALGUNS QUADROS NO TRABALHO DE DIREÇÃO DO COMITÊ CENTRAL, SECRETARIADO, SEÇÕES e AFASTAMENTO DE UM SUPLENTE E EXPULSÃO DO OTACÍLIO.

- 1) Transferir o c. JOSÉ DE ALBUQUERQUE SALES (MARCUS) das funções no Secretariado do CC para integrar-se nos trabalhos da ASSESSORIA do Comitê Central.
- 2) Propor a indicação do nome do GIVALDO PEREIRA SIQUEIRA (FLÁVIO) para a eleição da vaga aberta no Secretariado com a transferência do c. MARCUS.
- 3) Propor que o c. LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO seja integrado exclusivamente nos trabalhos da Seção de Entendimentos Políticos.
- 4) Propor a indicação do nome do c. ARISTEU NOGUEIRA CAMPOS (CAETANO) para a eleição de Tesoureiro do Comitê Central.
- 5) Afastar o c. JOSÉ MENDES DA SILVA (MENDES) das

**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / S. 102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 17-)

atribuições de suplente do CC como medida disciplinar para o seu processo autocrítico de continuar como militante do Partido.

- 6) Afastar o ex-camarada OTACÍLIO NUNES GOMES (OTACÍLIO) da suplência do CC e expulsá-lo das fileiras do Partido como traidor.
- 7) Designar uma comissão para comunicar ao c. MOISÉS VINHAS (MEIRELES) a grave denúncia que pesa contra ele, obter a opinião dele, fazer a averiguação possível dos fatos, encaminhar um relatório à CEx para que esta tome as medidas cabíveis na salvaguarda dos interesses e segurança partidária.
- 8) Passar o controle e coordenação da Seção de Massas para as atribuições do Secretariado do C. Central".

Da proposta acima sô não foi aprovada a indicação de ARISTEU NOGUEIRA CAMPOS (CAETANO) para Tesoureiro do CC, cargo que permaneceu vago.

#### 7.13 - Resoluções

Durante a VIII/VI Reunião do CC/PCB foram aprovadas as seguintes Resoluções, já abordadas ao se tratar de cada um dos tópicos da ordem-do-dia:

##### "I- RESOLUÇÕES PARA DIVULGAÇÃO

- 01- Divulgar o esquema ampliado da discussão política a ser publicado na VO (VOZ OPERÁRIA)
- 02- Determina a discussão da Nota Sindical, aprovada pela C. Executiva, em todas as organizações e adotar medidas para o cumprimento da orientação e das tarefas traçadas na mesma.
- 03- Publicar o Informe sobre Agitação e Propaganda e divulgar para o Partido uma resolução sintética e prática sobre a política de agitação e propaganda.
- 04- Divulgar a realização do V Mês Nacional de Finanças.
- 05- Publicar a expulsão do traidor OTACÍLIO NUNES GOMES e chamar a atenção dos militantes para uma



**CONFIDENCIAL**(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / S.102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 18-)

posição firme e corajosa diante do inimigo de classe e suscitar o debate ideológico sobre as questões de vigilância, segurança e conduta revolucionária.

## II- RESOLUÇÕES INTERNAS

- 01- Criar uma Comissão Especial de três companheiros para examinar e introduzir modificações necessárias no modelo do PLACCONPE e elaborar o projeto de Política de Organização do Partido e o novo PLACCONPE do CC que deverá ser iniciada a execução em março de 1973.
- 02- Discutir e orientar a aplicação das Normas de Organização do Partido nas grandes empresas de âmbito nacional, nas Organizações Intermediárias.
- 03- Determinar à C. Executiva que tome medidas no sentido de que os assistentes às Organizações Intermediárias estejam em condições de transmitir orientação para as diversas frentes de acordo com a situação. O sentido é estar em condição de participar das discussões de todas as frentes.
- 04- Dar prosseguimento à luta pela aplicação e controle da Resolução sobre Finanças de 1968, do Regulamento de Finanças e das Resoluções aprovadas no pleno de setembro de 1971.
- 05- Aprovar o plano de trabalho de finanças do CC, incluindo o Plano do V Mês Nacional de Finanças e a Previsão Orçamentária para 1972.
- 06- Não acolher o recurso do CU da GUANABARA, por considerar que o mesmo não tem cabimento e ratificar a decisão tomada pela direção estadual da GUANABARA. Prosseguir na discussão de cunho ideológico que está sendo feita naquela organização baseado no documento da Comissão Executiva".

7.14 - Homenagem Póstuma aos Camaradas CID; FRANCISCO, BENTO e COSTA.

Durante a realização da VIII/VI Reunião do CC/PCB foram

**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S.102 / A5 - CIE, de 09 JAN 1979 \_19 \_)

prestadas homenagens aos antigos membros do Comitê Central do PCB falecidos antes da efetivação da reunião (1971 e 1972) respectivamente:

- IVAN RAMOS RIBEIRO (CID)
- RAMIRO LUCHESI (BENTO)
- FRAGMON CARLOS BORGES (FRANCISCO)
- JOSÉ COSTA (COSTA)

RENATO OLIVEIRA DA MOTA (GONZAGA) foi o orador da homenagem póstuma prestada pelo CC/PCB aos militantes acima referidos.

#### 7.15 - Sessão Solene do 50º Aniversário do PCB

Como última atividade da VIII/VI Reunião do CC/PCB foi realizada uma Sessão Solene em comemoração ao cinquentenário de fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocorrido em 25 Mar 72.

OSVALDO PACHECO DA SILVA (PATRÍCIO) foi o orador designado pelo CC para a Sessão Solene do 50º aniversário do PCB.

#### 7.16 - Correspondência e Documentos apresentados à Mesa

Durante a realização das reuniões do CC/PCB, as cartas e documentos diversos enviados ao CC, não relacionados com a ordem-do-dia, são deixadas sobre a mesa para consulta e leitura voluntária dos membros do CC que estejam presentes.

Na VIII/VI Reunião do CC foram recebidos e expostos para leitura dos militantes os seguintes documentos, que merecerão análise à parte:

- 1- Plano Operativo da Direção Central (PLOCIC);
- 2- Plano de Trabalho no Movimento Operário - Camponês;
- 3- Tarefas para o Trabalho no Movimento Operário - Camponês;
- 4- Atividades da Seção de Relações com o Exterior (SRE) Durante o Ano de 1971;
- 5- Mensagem do CM/BSB ao CC;





(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S-102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 20-)

- 6- Mensagem do CM/BSB a LUIZ CARLOS PRESTES;
- 7- Carta de AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO (ARTUR), de 25 Mai 72, dirigida à mesa da VIII/VI Reunião do CC;
- 8- Carta de AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO (ARTUR), de 25 Mai 72, dirigida ao CC/PCB e referente à Ordem-do-dia da VIII/VI Reunião do CC, enviada de PARIS;
- 9- Carta de AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO (ARTUR), de 31 Mar 72, a membro do CC não identificado, enviada de PARIS;
- 10- Carta de ANTÔNIO CHAMORRO (XAVIER), de novembro de 1971, dirigida à Comissão Executiva;
- 11- Duas cartas, datadas de 08 Fev 72 e 08 Mar 72, dirigidas a membro do CC não identificado, assinada por AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO (ARTUR) enviadas de PARIS;
- 12- Carta datada de 02 Fev 72, destinada à SRE, remetida do CHILE (embora não mencione lugar), pelo casal XX e assinada apenas M e A, respectivamente ZULEIKA D'ALEMBERT (MARTA) e ARMÊNIO GUEDES (GENARO);
- 13- Documento intitulado: "Informação à CEx sobre a viagem à ARGENTINA e ao RS", de autoria de RENATO GUIMARÃES CUPERTINO;
- 14- Documento intitulado: "Idéia Para um Projeto de Escola", também enviado à CEx junto com o documento anterior, e de autoria de RENATO GUIMARÃES CUPERTINO;
- 15- Carta, sem data, dirigida à Comissão Executiva por FUED SAAD (CELSO);
- 16- Carta datada de 11 Set 69, remetida de SANTIAGO/CHILE a FRANCISCO JULIANO por MÁRCIO MOREIRA ALVES;
- 17- Carta datada de 09 Set 69 remetida de ARGEL por MIGUEL ARRAES a GREGÓRIO LOURENÇO BEZERRA;



**CONFIDENCIAL**

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S. 102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 21 -)

- 18- Carta datada de 23 Set 69, remetida da cidade do MÉXICO/DF por GREGÓRIO LOURENÇO BEZERRA a MIGUEL ARRAES.
- 19- Carta datada de 20 Jan 72, remetida de PRAGA por ROBERTO MORENA a LUIZ CARLOS PRESTES.
- 20- Carta, sem data, dirigida de MOSCOU ao Comitê Central e assinada por "NEI FERREIRA" codinome de GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA;
- 21- Carta de 18 Mar 72, remetida de MOSCOU por MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO (JAQUES) à Comissão Executiva;
- 22- Carta, sem data, dirigida ao CC/PCB em razão do 50º aniversário do PCB e assinada por todos os membros da SRE:
- FUED SAAD (CELSO)
  - ADAUTO ALVES DOS SANTOS (ALCINDO)
  - ANA MARIA MADURO GONÇALVES BRANDÃO DIAS (TÂNIA)
  - FREDERICO PESSOA DA SILVA (FABIANO)
  - MARINILDA DE CARVALHO MARCHI (CLÁUDIA)
  - ALOÍSIO SANTOS FILHO (PAULO).
- 23- Carta datada de 22 Fev 72, enviada de ARGEL por MIGUEL ARRAES aos "companheiros e às organizações brasileiras" expondo sua posição no que concerne à criação do MPL (Movimento Popular de Libertação);
- 24- Documento datado de 14 Jan 71 e dirigido "aos camaradas" pela Fração Sindical do Partido Operário Revolucionário Trotskysta - Posadista;
- 25- Documento intitulado: "Variações Sobre um Mesmo Tema", datado de 08 Nov 71, contendo observações pessoais de militante não identificado sobre a construção do partido e dirigida a MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO (ASSIS).

## 8. RELAÇÃO DE ANEXOS

- Nº 1 - Roteiro e Documentos da Ordem-do-Dia da VIII/Vi Reunião do CC;

**CONFIDENCIAL**



CONFIDENCIAL

226 - 79

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 031 / / S-102 / A5 -CIE, de 09 JAN 1979 - 22-)

- Nº 2 - Esquema da Abertura da Discussão Política;
- Nº 3 - "Projeto...", documento sobre a Discussão do Trabalho Militar;
- Nº 4 - Abertura de Discussão - A Orientação do Partido Quanto ao Emprego das Formas de Luta nas Condições Atuais;
- Nº 5 - Plano Para o Trabalho Especial - 01/07/72 a 30/06/73;
- Nº 6 - A Política de Agitação e Propaganda (*política*)  
(Obs- Não será difundido por que foi editado amplamente pelo PCB sob a forma de livreto);
- Nº 7 - Balanço da Aplicação do PLACCONPE (*política*)  
(Não será difundido devido à má qualidade da cópia);
- Nº 8 - Recurso do Comitê Universitário da GUANABARA  
(Não será difundido porque consta de Informação à parte); (*Recebido etc*)
- Nº 9 - Balanço e Perspectivas do Trabalho Especial  
(Não será difundido porque consta de Informação à parte); (*Recebido etc*)
- Nº 10- Algumas Observações Sobre o TE  
(Não será difundido porque consta de Informação à parte). (*Recebido etc*)

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL  
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO  
DESTE DOCUMENTO (ART. 12 DO  
RSAS-DEC 79099 DE 6 JAN 77).



CONFIDENCIAL

Anexo 1

R O T E I R O

E D O C U M E N T O S D A O R D E M D O D I A

D A V I I I º R E U N I Ã O D O C. C.



A T E N Ç Ã O:

O original deste documento (com 4 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

VIIIº REUNIÃO (VIIº Ordinária) DO COMITE CENTRAL DO  
VIº CONGRESSO DO P. C. B.

VIIIº REUNIÃO DO COMITE CENTRAL

MAIO - 1972

1972

PROPOSTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO  
 COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO.

6. Mesa: Jacques, Eli, Joel, Nei e Caetano.

II- ORDEM-DO-DIA

- 1) Abertura Política, tendo como informantes: Neves, Jacques e Eli.
- 2) Discussão sobre o TM, tendo como informante: Gonzaga.
- 3) Discussão sobre o TE, tendo como informante o e. Vinicius.
- 4) Discussão s/política de ext. propaganda, informante: Jorge
- 5) Discussão sobre o PLACCONFE, informante: Caetano.
- 6) Discussão sobre Plano de Finanças, informante: Nei
- 7) Discussão sobre alguns problemas de quadros, rodizio, Casos Meireles Mendes etc.
- 8) Eleições tesoureiro do C.C., uma vaga no Secretariado.
- 9) Resoluções.
- 10) Sessão Solene ao 50º aniversário do Partido Comunista Brasileiro.

III-

REGIMENTO INTERNO

- 20 minutos para o 1º ponto de abertura política
- 10 minutos para o 2º ponto sobre o TM
- 10 minutos para o 3º ponto sobre o TE
- 15 minutos para o 4º ponto sobre propaganda.
- 10 minutos para o 5º ponto sobre o Placconfe
- 10 minutos para o 6º ponto sobre finanças

IV-

Comissões de trabalho

Neves, Jacques e Marcelo para a comissão do 1º ponto.

Gonzaga, Vinicius, Joaquim para as comissões do 2º e 3º pontos.

Jorge, Castro e Flavio para a comissão do 4º ponto

Caetano, Heitor e Beto para a comissão do 5º ponto

Nei, Patricio e Aldo para a comissão do 6º ponto.

João, Caio e Cartalho para a comissão do 7º ponto e também a comissão de assuntos gerais

Nei, Caetano e Castro para comissão candidatura do 8º ponto.

Caetano e Heitor responsáveis pela secretaria do C.C.

Beto, Patricio e Nei pela comissão disciplina e vigilância.

Joel, Carvalho e Flavio, pela comissão alimentação e higiene.

Helio, responsável pela assistência médica.

Gonzaga, orador da nossa homenagem póstuma ao Cid, Francisco, Bento.

Patricio, orador da sessão solene de homenagem ao 50º aniversário do



I- Mesa: Jaques, Eli, Joel, Nei, Caetano.

II- ORDEM-DO-DIA

- 1) Discussão da Abertura Política--: informante c. Neves, condjuv b pelas informações dos c. Jaques e Aldo.
- 2) Discussão sobre o TM, informante c. Gonzaga.
- 3) Discussão sobre o TE, informante c. Vinicius.
- 4) Discussão s/politica da agit. propoganda, informante: c. Jorge.
- 5) Discussão s/o balanço do PLACCONPE, informante: c. Caetano.
- 6) Discussão s/o Plano de finanças, informante: c. Nei
- 7) Discussão sobre alguns problemas de quadros do CC, como caso Meireles, Mendes, e rodizio dos quadros no Exterior. Informa: João
- 8) Eleições do tesoureiro do C.C. e uma vaga no secretariado do C.C.
- 9) Resoluções.
- 10) Homenagem póstuma aos camaradas Cid, Francisco, Bento.
- 11) Sessão Solene ao 20º aniversário do Partido Comunista Brasileiro

III- Proposta de tempo para as intervenções

- 20 minutos para o 1º ponto da abertura política.
- 10 minutos para o 2º ponto sobre o TM.
- 10 minutos para o 3º ponto sobre o TE.
- 15 minutos para o 4º ponto sobre a propaganda.
- 10 minutos para o 5º ponto sobre o Placconpe
- 10 minutos para o 6º ponto sobre o plano de finanças.

Quanto ao tempo das intervenções do 7º, 8º, 9º e 10º serão encaminha-  
dos pela Mesa ao plenário no curso dos trabalhos da abordagem  
dos referidos pontos da ordem-do-dia

IV- Propostas: comissões de trabalho

- Neves, Jaques e Marcel para a comissão do 1º ponto.
- Gonzaga, Vinicius e Joaquim para as comissões do 2º e 3º ponto.
- Jorge, Castro e Flávio para a comissão do 4º ponto.
- Caetano, Heitor e Carvalho para a comissão do 5º ponto.
- Nei, Patricio e Aldo para a comissão do 6º ponto.
- João, Caio e Beto para a comissão do 7º ponto e também a comissão de assuntos gerais.
- Nei, Caetano e Castro para a comissão de candidaturas do 8º ponto.
- Caetano e Heitor pela secretaria dos trabalhos do C.C.
- Beto, Patricio, Nei pela comissão de disciplina e vigilância.
- Joel, Carvalho e Flávio pela alimentação e ~~higiene~~ higiene.
- Helio responsável pela assistência médica.
- Gonzaga orador da homenagem ao Cid, Francisco e Bento.
- Patricio: orador da sessão solene do 50º aniversário do P.C.B.

28 de maio de 1972.

*Obs. A item 8) da Ordem do Dia  
por decisão do plenário re-  
cebeu a seguinte denomina-  
ção: "Eleição dos órgãos  
dirigentes do C.C."*

PROPOSTA DE HORARIO DE TRABALHO  
DA VIII a. REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL DO P.C.B.

MANHÃ:

Das 7.30 às 9.30 1a. sessão dos trabalhos  
9.30 às 10.00 Intervalo café.  
10.00 às 12.00 2a. sessão dos trabalhos  
12.00 às 14.00 intervalo para almoço

TARDE:

Das 14.00 às 16.00 3a. sessão dos trabalhos  
16.00 às 16.30 intervalo para café  
16.30 às 18.30 4a. sessão dos trabalhos



I - RESOLUÇÕES PARA DIVULGAÇÃO

- 01 - Divulgar o esquema ampliado da discussão política, a ser publicada na VO.
- 02 - Determina a discussão da Nota Sindical, aprovada pela C. Executiva, em todas as organizações e adotar medidas para o cumprimento da orientação e das tarefas traçadas na mesma.
- 03 - Publicar o Informe sobre Agitação e Propaganda e divulgar para o Partido uma resolução sintética e prática sobre a política de agitação e propaganda.
- 04 - Divulgar a ~~Plana~~ realização do Vº Mes Nacional de Finanças
- 05 - Publicar a expulsão do traidor Otacílio e chamar a atenção dos militantes para uma posição firme e corajosa diante do inimigo de classe e ~~utilizar~~ suscitar o debate o debate ideológico sobre as questões de vigilância, segurança e sobduta revolucionária.

II - RESOLUÇÕES INTERNAS

- 01 - Criar uma Comissão Especial de tres companheiros para examinar e introduzir modificações necessárias no modelo do PLACCONPE e elaborar o projeto de Política de Organização do Partido e o novo PLACCONPE do C.C. que deverá ser iniciada a execução em março de 1973.
- 02 - Discutir e orientar a aplicação das Normas de Organização do Partido nas grandes empresas de âmbito nacional, nas Organizações Intermediárias.
- 03 - Determinar à C. Executiva que tome medidas no sentido de que os assistentes às Organizações Intermediárias estejam em condições de transmitir orientação para as diversas frentes de acordo com a situação.
- 04 - Dar prosseguimento à luta pela aplicação e controle da Resolução sobre finanças de 1968, do Regulamento de Finanças e das Resoluções aprovadas no pleno de setembro de 1971.
- 05 - Aprovar o plano de trabalho de finanças do C.C., incluindo o Plano do Vº Mes Nacional de Finanças e a Previsão Orçamentária para 1972
- ~~06 - Nomear uma Comissão para ouvir o Camarada Mendes e Matias e informá-los.~~
- 06 - Não acolher o recurso do CU da Guanabara, por ~~nen~~ considerar que o mesmo não tem cabimento e ratificar a decisão tomada pela direção estadual da Guanabara. Prosseguir na discussão de cunho ideológico que está sendo feita naquela organização baseado no documento da C. Executiva.

Junho, 72

## VIII REUNIAO DO COMITE CENTRAL - JUNHO DE 1972

RESOLUÇÃO SOBRE O 2º PONTO DA ORDEM DO DIA:

1. O CC continuará a discussão desse ponto em sua próxima reunião.
2. A C.Ex. providenciará a apresentação de um balanço do trabalho nessa frente de atividade partidária.
3. Consideradas as necessidades do trabalho, a C.Ex. fica autorizada a determinar que Comitês Estaduais realizem o trabalho militar em suas jurisdições.

RESOLUÇÃO SOBRE O 3º PONTO DA ORDEM DO DIA:

1. O CC continuará a discussão desse ponto em sua próxima reunião. Para isso, a C.Ex. providenciará a reedição do documento "BALANÇO E PERSPECTIVAS DO TRABALHO ESPECIAL" e apresentará uma proposta de Resolução e um Plano de Trabalho para o TE.
2. Os CCEE, principalmente os de concentração, designarão desde já Encarregados estaduais para o TE e tomarão as medidas preliminares para o oportuno reinício do trabalho especial.
3. O Encarregado do TE providenciará a elaboração das aulas, de modo a serem incluídas no plano de trabalho e aprovadas juntamente com este.



3

## RESOLUÇÃO SOBRE O 4º PONTO DA ORDEM DO DIA

~~O C. C., depois de discutir o 4º ponto da ordem do dia, resolve:~~

- 1 - Aprovar o Informe "Sobre a política de agitação e propaganda".
- 2 - Determinar que a C. Ex. elabore, com base no informe, uma Resolução sintética e prática sobre a política de agitação e propaganda.
- 3 - Determinar que a Resolução sobre a política de agitação e propaganda desça ao conjunto do Partido para ser discutida e aplicada.
- 4 - Determinar que o Informe "Sobre a política de agitação e propaganda" desça ao Partido como subsídio ao estudo e desenvolvimento da atividade de agitação e propaganda.

## RESOLUÇÕES SOBRE O 5º PONTO DA ORDEM DO DIA;

## RESOLUÇÕES DO C.C. SOBRE ORGANIZAÇÃO

O Comitê Central do PCB, após discutir o balanço do PLACCONPE, na execução de sua 1ª. Fase, examinou os problemas de organização e

## RESOLVE:

1º - Criar uma Comissão Especial, constituída por João, Cláudio e Caetano para examinar e introduzir as modificações necessárias no Modelo do PLACCONPE e elaborar:

- a) - O projeto da Política de Organização do Partido;
- b) - O novo projeto do PLACCONPE do C.C., cuja execução deverá começar em março de 1973.

2º - Substituir a construção e consolidação do Partido na ELETROBRAS no plano do C.C. pela LIGTH e concentrar o trabalho na PETROBRAS e na CENTRAL.

3º - Discutir e orientar a aplicação das Normas de Organização do Partido nas Grandes Empresas de âmbito nacional, nas Organizações Intermediárias.

4º - Determinar à Comissão Executiva que tome medidas no sentido de que os assistentes às Organizações intermediárias estejam em condições de transmitir orientação para as diversas frentes, de acordo com a situação

Junho, 72



RESOLUÇÃO SOBRE O TRABALHO DE FINANÇAS  
(6º ponto)

O C.C. resolve:

1) Dar prosseguimento à luta pela aplicação e controle da Resolução sobre Finanças de 1968, do Regulamento de Finanças e das Resoluções aprovadas no Pleno de setembro de 1971.

2) Aprovar o Plano de Trabalho de Finanças do C.C. , incluindo o Plano do V Mês Nacional de Finanças e a previsão orçamentária do C.C. para o ano de 1972.

RESOLUÇÕES SOBRE O 7º PONTO DA ORDEM DO DIA (7º PONTO)1. Rodizio

a) Camarada Alfredo. Prorrogar por mais um ano a permanência do camarada Alfredo no exterior, tendo em vista persistirem as razões que determinaram sua viagem e a importância e repercussão do trabalho que o camarada vem realizando em benefício do Partido e da luta contra a ditadura.

A C.Ex. deverá providenciar o envio de um camarada do CC para informar o cam. Alfredo sobre os trabalhos e resoluções deste pleno, sobre esta decisão e a melhoria das relações de trabalho. Nesse sentido, assegurar a participação do cam. Alfredo no processo de preparação e realização do VII Congresso

b) Camarada Marta. Determinar o regresso da cam. Marta por ter completado o prazo de dois anos de permanência no exterior.

c) Designar o cam. Genaro como representante do CC junto ao CC do PCC, pelo prazo de um ano.

d) Camarada Justino. Designar o cam. Justino para o curso da Escola Leninista de Quadros, após consulta ao mesmo.

e) Propor o camarada Xavier para o cargo junto à FSM, encarregando a C.Ex. de discutir com o referido cam. o encaminhamento desta proposta, levando em conta sobretudo razões de segurança na tarefa que ele desempenha atualmente.

f) Camarada Murilo. Encarregar a C.Ex. de preparar as condições para a volta do cam. Murilo ao país até dezembro do presente ano.

g) Determinar que o cam. Ivo permaneça mais um ano no exterior, representando o CC junto ao CC do PCA.

h) Cam. Artur. Prorrogar por mais um ano a permanência do camarada Artur no cumprimento de suas tarefas junto ao PCF. No caso do cam. Artur não concordar com esta decisão, fica a C-Ex. autorizada a substituí-lo.

2. Problemas de alguns quadros

a) Otacilio. Expulsar publicamente das fileiras do Partido, como traidor, Otacilio ..... Ao transmitir essa decisão ao Partido, chamar a atenção dos militantes para o dever revolucionário de uma posição firme e corajosa diante do inimigo de classe.

3/ b) Cam. Mendes. Aprovar a posição da C.Ex. em não convocá-lo para esta reunião. Resolve ainda que o cam. Mendes não assumirá suas funções de membro efetivo do CC até decisão definitiva do CC, devido à atitude tomada por ele com relação ao processo que lhe foi movido pela ditadura. Tal atitude é incompatível com a condição de dirigente



§ VIII reuniao. Ponto nº 7)

comunista. Resolve ainda nomear uma Comissao para transmitir-lhe sua decisao, ouvi-lo sobre o assunto, apurar a extensao dessa atitude, oferecendo ao mesmo a oportunidade de uma autocritica. A Comissao devera apresentar relatório na proxima reuniao do CC, após o que este tomará uma decisao definitiva.

Designar para compor essa comissao os camaradas Vinicius e Joao.

c) Camarada Meireles. Face à denuncia feita ao CC pelo camarada Eli, da mais extrema gravidade, contra o cam. Meirelles, o CC resolve adotar as seguintes medidas:

- 1º - Aprovar a posicao da CEx. nao convocando-o para esta reuniao.
- 2º - Considerar como sendo da maior importancia para o interesse do Partido e do proprio cam. Meireles a procedencia da denuncia;
- 3º - Constituir uma Comissao composta pelos camaradas Joao e Vinicius para averiguar os fatos contidos na denuncia;
- 4º - Até posterior esclarecimento dos fatos, o cam. Meireles deve ser afastado das tarefas da CO, da Com. de Quadros e das reunioes do CC.
- 5º - Até que o CC tome esta decisao, este problema deve ficar sob o mais rigoroso sigilo, nao podendo ser transmitido a nenhum outro camarada além dos membros efetivos do CC, salvo os casos que, a critério da CEx, devam constituir excecao.
- 6º - A CEx devera acompanhar o processo de averiguacao e o trabalho correspondente, tomando as medidas compatíveis e adequadas ao caso, e designar o cam. Meireles para outra tarefa.

d) Cam. Aldo. Encarregar a Com. Ex. de tomar as medidas necessarias para concentrar a atividade do Cam. Aldo nas tarefas da Secao de Entendimentos Politicos e providenciar a reestruturação da Secao de Massas.

O desligamento final do cam. Aldo da Secao de Massas devera ser precedido de um balanço do trabalho da Secao, a ser feito pela CEx.

e) Cam. Macedo. O CC, tomando conhecimento da responsabilidade do cam. Macedo no envio de uma delegacao à URSS, na qual foram incluidos dois trotskistas e da repercussao negativa que esse fato ocasionou para o nosso Partido, resolve ratificar a critica da C.Ex. ao cam. Macedo e voltar a discutir o assunto, na proxima reuniao do CC, com a presenca do cam. Macedo. Levar esta decisao ao conhecimento do Comite Estadual de Sao Paulo, e de que a posicao do Partido em relação ao trotskismo e aos trotsquistas nao sofreu alteracao alguma.

f) Cam. Banbirra. Determinar que a CEx. examine o caso do cam. Banbirra e preste ~~uma~~ informacao na proxima reuniao do CC

VIII REUNIAO DO COMITE CENTRAL - JUNHO DE 1972RESOLUÇÕES SOBRE O 8º PONTO DA ORDEM DO DIA

1. Aprovar a proposta do cam. Helio, como indicação à C.Ex., no sentido de fazer uma consulta ao PCF, para a realização em Paris de um Encontro europeu de solidariedade ao povo brasileiro.

2. Recurso do CU da BB ao CC - O CC, apreciando o recurso do CU da GB, a proposito de seu 1º secretario, por nao ter tido um comportamento correto quan o da sua prisao, resolve-

a) Nao acolher o recurso da CU da GB por considerar que o mesmo nao tem cabimento face aos principios que deve nortear a conduta de um comunista diante de inimigo de classe.

b) Ratificar a decisao tomada no caso pela Comissao Organizadora Provisoria do Partido na Guanabara

3. Recomendar que seja dado prosseguimento à discussao de cunho ideologico que está sendo feita no CU da GB, baseada em documento da CEx sobre o assunto

4. Recomendar à Comissão da GB, junto com a CEx., estudar o aproveitamento do cam. Samuel numa outra tarefa, oferecendo-lhe a oportunidade para, noutra tarefa, continuar seu processo autocritico.

Quanto às criticas e observações contidas no recurso do CU da GB, o CC procederá ao seu exame dentro do exame geral que está sendo feito do problema global das questões de segurança do Partido na Guanabara.



PROPOSTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO  
COMITÊ CENTRAL: JUNHO E JULHO DE 1972

- 1) A Comissão Executiva propõe que se prorrogue por mais um ano a presença da camarada Alfredo no Exterior, em alusão ao a ser realizado nos trabalhos do VII Congresso, enviando-se uma delegação do Comitê Central, que não de ter qualificar a sua função, a fim de obter o reconhecimento de trabalho do nosso Comitê Central. O reconhecimento de trabalho de Alfredo sobre sua missão junto ao c. Alfredo, em nome da Comissão Executiva do Comitê Central.
- 2) A Comissão Executiva propõe que a companheira Marta regressasse no Brasil por completar em setembro próximo, dois anos de suas tarefas no Exterior e ter ela própria solicitado as providências para sua substituição.
- 3) A Comissão Executiva propõe que a C. Marta seja substituída pelo camarada Renato e que ele fique por mais um ano como o representante do nosso Comitê Central junto ao Comitê Central do Partido Comunista do Chile.
- 4) A Comissão Executiva propõe que se indique o c. Justino como aluno pelo prazo de um ano na Escola Leninista de quadros, substituído por uma representação da sua tarefa na FSM pela indicação do nome do camarada Xavier. *IVS*
- 5) A Comissão Executiva propõe que se prepare até o fim do ano de 1972 a transferência do camarada Murillo.
- 6) A Comissão Executiva propõe que o c. Armando permaneça mais um ano no Exterior como representante do nosso Comitê Central junto ao Comitê Central do Partido Comunista da Argentina.
- 7) A Comissão Executiva propõe que se prorrogue por mais um ano a presença do camarada Arthur no cumprimento de suas tarefas em Paris, mas se no comunicar-lhe ele discordar encaregar a CEX de substituí-lo pelo camarada Dante.

Maio de 1972.  
A Comissão Executiva.

*Carta do Jd*

ATENÇÃO:

O original deste documento (com 1 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

*Revista e proposta de Teste -  
Carta do Jd*

Duxo 2

... desenvolvimento.

... também para outras que, na

... situação atual, com...

2. ... intervenção

... desenvolvimento da situação também na América Latina: A ditadura brasileira se constitui em obstáculo a esse desenvolvimento, em ponto de apoio do imperialismo e das forças mais reacionárias do continente. Seu exemplo é apresentado tendo principal motivo por base o "milagre econômico" que se realiza e a "tranquilidade social" existente. As responsabilidades que daí decorrem para o Brasil.

... intervenção especial do cartão Jaques sobre a situação internacional.

3. ... situação nacional

... 8 anos. Vejamos algumas questões que revelam ou refletem sua situação do ponto de vista social e político.

... eleições indiretas para Governador.

... em relação às próximas eleições municipais, que perdem importância política. Nessa posição diante das eleições municipais na nova situação. Utilizar todas as possibilidades legais (apesar das restrições) para desenvolver a luta contra a ditadura, para unificar as forças antiditatoriais, para conquistar postos que fortaleçam o desenvolvimento dessa luta. A inexistência dessas possibilidades em determinadas circunstâncias concretas, e o caminho local da denúncia e do voto nulo.

... as contradições no campo das forças ditatoriais (discurso de Roldão).

... "milagre econômico".

... a Igreja.

... da ditadura:

- a) Implantação de um planejamento que defina, em sentido global, a estratégia do desenvolvimento. O plano tem caráter obrigatório no que se refere às atividades do Governo central; é coordenador no que tange às relações entre o Governo central e os Governos estaduais; e é indicativo para o setor privado.
- b) Oficializa um modelo nisto do planejamento, no qual o Estado

ATENÇÃO:

O original deste documento (com 3 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.



potência responsável de das inversões na área de serviços públicos e de certas indústrias básicas, além de servir, no setor privado, o desenvolvimento econômico e de estabelecer incentivos para a participação de investidores estrangeiros.

- e) Adoção de procedimentos complementares no sistema de incentivos fiscais através dos quais se criam fundos especiais nas instituições oficiais do governo para financiar a "empresa privada" mediante a transferência desses fundos para os bancos para concessão de créditos à indústria e à agricultura...
- d) Estabelecimento de incentivos ao emprego de capitais em o investimento útil para a "cooperativização de capital" e a "defusão da propriedade" (participações em ações para estimular a poupança), assim como para incentivar as empresas estrangeiras sob o rótulo de "nacionalização gradual e pacífica". Uma outra forma de estimular e controlar o que já é nosso de "nacionalismo positivo". Outra saída conciliatória para evitar a expropriação é a de que não se deve desperdiçar o que não existe e sim concentrar os recursos na criação do que não existe, evitando-se assim e modo o desperdício. (Forma específica de conciliação com o imperialismo, melhor caminho para a desnacionalização).

-Admitindo-se que, nos últimos anos, registrou-se taxa elevada de crescimento econômico, cabe perguntar:

- É esse crescimento se apóia em base ampla?
- É auto-sustentável?
- É compatível com a eliminação da inflação, ou, pelo menos, com um grau tolerável de inflação?

#### 4. Alguns aspectos principais da situação

- A ditadura continua a dar forma ao processo de fascistização do país.
- Prossegue a ação repressiva e terrorista da ditadura contra os trabalhadores e o povo (ataques ao movimento sindical -- rasias contra a população dos grandes centros -- prisões e assassinatos).
- As condições econômicas e políticas das massas trabalhadoras continuam a se agravar.
- Acentua-se a contradição entre a maioria da nação e a ditadura.
- Desenvolvem-se as divergências no campo das forças ditatoriais, tendendo a acentuar-se com a proximidade das eleições presidenciais.
- O grupo militar dominante ainda tem condições para levar à prática, com relativa tranquilidade, sua política antioperária e antinacional, e de tomar novas medidas contra os interesses dos trabalhadores e do povo.
- Não consegue, entretanto, ampliar sua base social e política, conquistar apoio de massas, superar contradições no seu próprio campo, criar condições de estabilidade política e de fortalecimento do regime.
- A força aparente da ditadura militar oculta sua fraqueza real e decorre do fato de que as forças sociais e políticas cujos interesses são por ela contrariados, que dela divergem, ou que a ela se opõem ainda desenvolvem fraca atividade de resistência e de combate, e continuam dispersas.
- O desenvolvimento da unidade de ação da classe operária e das massas trabalhadoras na luta em defesa de seus interesses econômicos e políticos imediatos é o fator decisivo para a ativação do movimento de massas no seu conjunto e para a aglutinação e mobilização das forças antiditatoriais.

#### 5. Sobre as tarefas em que concentrar

- As "Diretrizes para a aplicação da linha política", aprovadas pelo C.C., indicam quais são nossas tarefas prioritárias e apontam as direções principais da orientação a seguir.
- necessidade de concentra, hoje, nossas forças e nossos esforços para





... A política brasileira de 1932 não é a mesma que a política de 1934. A política brasileira de 1934 não é a mesma que a política brasileira de 1936. A política brasileira de 1936 não é a mesma que a política brasileira de 1938. A política brasileira de 1938 não é a mesma que a política brasileira de 1940.

-Interação entre a linha econômica e a linha política.

-A bondocina, manifestada mediante a luta dos trabalhadores, foi o resultado da luta econômica na linha política. Como essa bondocina se manifestava nas condições de nosso país.

A política de alianças da classe operária. Uma política de alianças que reflete a realidade existente no país. O papel dos sindicatos, das organizações, da frente na luta contra a ditadura. Os diversos métodos e meios da política de aliança com os sindicatos e a classe.

-O trabalho de organização e propaganda como fator de ligação do Partido com as massas, do ganhar na imprensa para a influência do Partido, de constituir o fortalecimento do próprio Partido (discurso da política de organização e propaganda).

-O desenvolvimento das lutas das massas, a escolha acertada das formas de luta, a perspectiva de changes com a reação e a organização da auto-defesa de massas (discurso do documento sobre o trabalho corporal).

-O papel desempenhado pelas F.F.A. nas condições atuais do Brasil, a necessidade de estimular o desenvolvimento das correntes e movimentos de massas e progressistas e de isolar o grupo reacionário e antiprogredista do movimento (discurso do documento sobre o trabalho militar).

-O Partido, sua constituição e fortalecimento como fator decisivo para a vitória contra a ditadura e o avanço do processo revolucionário (discurso do belano do Placampo).

reflexo...

1. Inegável o papel importante que os F.F.C.C. jogam nos processos políticos, sejam eles revolucionários ou não. A importância disso se pel decorrer do fato de serem os F.F.C.C. os instrumentos fundamentais de força do "Poder do Trabalho", segundo a definição leninista. O proletariado, ao lutar pela transformação da sociedade humana, pelo socialismo, não pode deixar de lutar na consciência devida para o pacto revolucionário de união.

2. No Brasil, após o golpe de 1964, os F.F.C.C., além de desenvolverem sua função específica de instrumento fundamental de força do Poder do Trabalho, mantiveram o controle político do país, incluindo a distribuição militar entre civis e fascistas.

3. Desde 1964, accentuou-se a dependência técnica, técnica e econômica dos F.F.C.C. brasileiros em relação ao imperialismo norte-americano. Acabou-se, no mesmo tempo, a influência do socialismo norte-americano sobre a formação ideológica dos membros parciais dos F.F.C.C., principalmente a oficialidade. Esses setores tem como base o stalinismo e o maoísmo.

4. Um milhão militares ativos, americano-brasileiros, se instalou no país em caráter permanente. Tornaram-se frequentes o soldado ou o curso de especializamento e de especialização profissional de oficiais e suboficiais em estabelecimentos militares norte-americanos, nos fins ou fora de seu país de origem, como os situados no Panamá.

5. O objetivo maior desse alinhamento estratégico é a incorporação técnica, técnica e sobretudo estratégica dos F.F.C.C. brasileiros à política de Guerra Mundial contra o socialismo liderada pelo imperialismo norte-americano.

A partir de 1961 e em consequência da aplicação da doutrina legal de intervenção norte-americana nas lutas de libertação nacional, nos F.F.C.C. brasileiros passaram a ser instauradas questões que excluam tanto os setores de luta anti-Guerrilha, da reprodução dos movimentos de guerra e de preparação para enfrentar a "Guerra Revolucionária". O imperialismo norte-americano tem em vista a utilização dos F.F.C.C. em algumas combates nas lutas democráticas e anti-imperialistas de nosso próprio povo e também dos demais povos da América Latina.

6. Imperialismo norte-americano mantém grande influência nos F.F.C.C. brasileiros, sobretudo nos escalões superiores da hierarquia militar. Intencionalmente surgido e continuou a surgir, no ato dos F.F.C.C., resistências democráticas e anti-imperialistas. Esse fato é comprovado pelas medidas tomadas pelo Grupo pró-imperialista afetando os militares grande número de militares, logo após o golpe de 1964, e prosseguindo até hoje com medidas similares, sob o signo do AI-5.

7. Os F.F.C.C., pelas suas características e composição social, não constituem um conjunto político-ideológico homogêneo. Sua composição é de origem de vários classes e camadas da sociedade brasileira, com predominância da pequena burguesia urbana. Além de militares, há, entre os quadros profissionais (engenheiros e produtores), os profissionais e os políticos gerais das massas populares. Há a tendência à divisão dos F.F.C.C., no surgimento de correntes e movimentos contrários nos grupos que sustentam as posições das forças internas mais revolucionárias do imperialismo. O trabalho geral de união entre as massas populares e, particularmente, entre as camadas médias urbanas, não poderá deixar de ter sua extensão e seus reflexos consequentes entre o pessoal que forma o núcleo dos setores profissionais e técnicos dos F.F.C.C.

A T E N Ç Ã O:

O original deste documento (com 11 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.



5. O Partido tem procurado, principalmente a partir da vitória do movimento popular de 1930, levar sua influência às ff.aa. Essa atividade tem sido pontilhada de êxitos e reveses, intimamente relacionado com as concepções e objetivos que as linhas políticas adotadas continham ou indicavam para o nosso trabalho junto às ff.aa. Diante das novas condições criadas no país após o golpe de 64, surgiu a necessidade de formularmos em termos atualizados nossa orientação nesse sentido.

6. Essa orientação deve apoiar-se nas constatações e indicações da Resolução Política do VI Congresso e nas Resoluções ulteriores adotadas pelo Comitê Central, especialmente a de abril de 1970. Esses documentos básicos situam e analisam em termos gerais o problema das ff.aa. brasileiras, assim como definem as linhas gerais da conduta política que devemos ter em relação às mesmas. Prevêem que a nossa política deve se apoiar nas possibilidades que, com o avanço da luta de massas contra a ditadura, desabrocharão em todos os setores da sociedade brasileira, inclusive nas forças armadas.

7. O regime ditatorial de abril de 64 estabeleceu uma doutrina para as ff.aa. orientada pela dependência à política de guerra e de opressão dos povos seguida pelo imperialismo norte-americano. A Resolução Política do VI Congresso, procurando definir essa doutrina, diz o seguinte: "As forças militares são dirigidas para esmagar o próprio povo, em função de um novo conceito de segurança nacional, segundo o qual os inimigos potenciais não são mais os estrangeiros que atentam contra a integridade física ou a soberania da nação, mas as próprias forças nacionais que se opõem ao regime autoritário e entreguista".

8. No atual momento, é principalmente contra essa doutrina ou esse conceito que devemos travar a luta. Não se trata, pois, de um combate às ff.aa. no seu conjunto, como, instituição, mas de combater sua utilização como tropa de choque da reação e do imperialismo para esmagar as aspirações democráticas e patrióticas do nosso povo. Esta o problema em torno do qual diversas ações políticas, pequenas e grandes, poderão ser desenvolvidas, não só junto às massas, como também, e principalmente, junto às próprias ff.aa.

Nosso esforço tem em vista aprofundar a tendência à divisão existente no seio das ff.aa., isolando o grupo mais reacionário e entreguista, hoje dominante, e estimulando o desenvolvimento das correntes e movimentos democráticos e progressistas.

9. Nossa atual linha política contém uma orientação geral que favorece nosso empenho em levar a influência do Partido às ff.aa. Esse empenho deve ser desenvolvido tendo principalmente como base o trabalho com as reivindicações específicas mais sentidas, em adequação da ligação com as aspirações patrióticas e democráticas da sociedade brasileira. A extensão às ff.aa. da tarefa de formação de uma frente antiditatorial depende, em grande parte, do êxito em se unir à luta pelas reivindicações específicas às lutas das amplas massas populares, assim como a luta pela democracia à luta pela independência nacional.

10. "A situação internacional caracteriza-se, hoje, pelo progresso do socialismo e do conjunto das forças de libertação, ao mesmo tempo que pela resistência ao imperialismo e suas manobras agressivas." (Resolução Política do VI Congresso).

A sucessão de fatos no plano internacional confirma a justiça dessa caracterização.

Na América Latina, os regimes de Cuba e do Chile se desenvolvem e se consolidam, apesar das intermináveis provocações e discriminações do imperialismo norte-americano e seus aliados. Outros povos avançam pelo caminho do progresso social, das transformações democráticas e anti-imperialistas.

O desenvolvimento da situação internacional, o fracasso da "guerra fria", assim como da "guerra e nada" ou limitada, a derrota da política de "fronteiras ideológicas" e, no plano interno, o descrédito da "guerra revolucionária" - jogam por terra os fundamentos ideológicos da ditadura. O grupo militar dominante se mantém em situação de permanente instabilidade e de dificuldades políticas insuperáveis.

A situação internacional se torna cada vez mais favorável ao avanço da democracia e das lutas de libertação, a preservação da paz mundial, ao fortalecimento do movimento comunista internacional e ao socialismo.

11. Nos dias atuais, mesmo sem pretendemos alcançar êxitos rápidos e de vulto no trabalho partidário entre as ff.aa., é possível, através de uma ação paciente, perseverante e continuada, ir formando quadros que tenham condições de atuar em seu interior no sentido de levar à prática nossa política.

12. Levando em consideração o que foi exposto, o Comitê Central resolve orientar o trabalho do Partido nas ff.aa. segundo as seguintes diretrizes gerais:

a- O trabalho com os militares não deve ser realizado apenas por "esp. comunistas". É um trabalho que grande número de quadros e ativistas pode e deve realizar, evidentemente tendo em conta a natureza conspirativa e sigilosa dessa atividade. Neste sentido, alguns CC. EE. podem prestar grande ajuda na realização desse trabalho, designando para essa responsabilidade quadros que apresentem as necessárias condições.

b- As organizações partidárias devem desenvolver permanentemente a ação política em relação às ff.aa. (entre as massas e também diretamente dirigida aos militares), tendo em vista ganhar as diversas correntes que discordam da atual situação, quaisquer que sejam os motivos, para as posições de luta contra a ditadura, pelas liberdades democráticas e a independência nacional, tendo como ponto de partida as reivindicações específicas e gerais mais sentidas.

c- O trabalho com os militares visa a conseguir ligações nas ff.aa. e, de acordo com as circunstâncias, organizar os militantes dos diversos escalões nas diversas unidades e corporações.

d- É necessário considerar que nossa preocupação fundamental é estar em condições, em qualquer emergência, de ganhar setores decisivos das ff.aa. para as posições revolucionárias, ou pelo menos dividi-las e anulá-las, de acordo com a situação concreta.

e- Para isso, é ~~necessária~~ indispensável não apenas realizar um esforço intenso e continuado para nos inserirmos no conjunto das ff.aa., como também para que elas participem e se entrem com as ações e lutas das massas populares.

Maio de 1972.



ABERTURA DE DISCUSSÃOA ORIENTAÇÃO DO PARTIDO QUANTO AO EMPREGO DAS FORMAS DE LUTA NAS  
CONDIÇÕES ATUAIS

Desde o golpe de 1964, o conjunto do Partido vem discutindo a questão do uso correto das formas de luta. Por ocasião do Sexto Congresso, essa foi uma das questões básicas tratadas pela instância máxima partidária, embora aí apenas se tenham traçado os princípios gerais norteadores de nossa ação, as bases de nossa política de acumulação de forças. O problema das formas de luta é de tamanha importância que não somente é debatido no seio do Partido. De maneira geral, é um dos temas que afligem a todos que se colocam no campo da Revolução, aos que almejam a derrota dos que barram o caminho das transformações democráticas e progressistas na sociedade brasileiro, primeiro passo para a construção do socialismo em nossa Pátria.

Em consequência das incompreensões, das dúvidas e das insuficiências que existem sobre o problema do uso correto das formas de luta, dentro e fora do Partido, ficou decidido incluir um ponto na ordem-do-dia da presente reunião para tratar expressamente desse assunto. A importância dessa discussão explica-se pela necessidade de aprofundarmos as indicações contidas na Resolução do Sexto Congresso, tentando particularizar certos pontos, tendo em vista as experiências da aplicação da linha política nesses últimos anos. Tudo isto deve ser feito com o objetivo de entregar aos nossos militantes e aliados uma orientação mais clara e precisa a fim de que possamos ampliar e fortalecer a luta contra os inimigos do povo brasileiro.

Com a presente abertura de discussão não acreditamos que esgotaremos um tema tão complexo, apenas nos propomos a traçar indicações que representem um primeiro passo para o enriquecimento de nossa linha política e para a correção de falhas e incorreções em nossa conduta.

1 - Aspectos básicos do quadro político nacional

As lições recentes da crise política, aberta com a necessidade de substituir-se Costa e Silva na presidência da República, permite um exame dos aspectos básicos da vida política-brasileira. Evidenciou-se então que a ditadura atravessa uma situação de crise em suas instituições, como regime ditatorial, reacionário e entreguista,

CONTINUA...

passados mais de cinco anos do golpe de 64 não conseguiu consolidar-se, como afirmamos no editorial da "Voz Operária" de outubro passado.

Um dado essencial consiste em que a ditadura vem num processo de desgaste sucessivo, perdendo a sustentação dos setores sociais e políticos que apoiaram o golpe de Estado de 1964. Quase todas as correntes políticas que contribuíram para a deposição de Goulart hoje se encontram marginalizadas do processo, desde que os centros de decisão política foram transferidos para os quartéis. Fato de grande relevância foi a transformação operada no seio da Igreja Católica, de onde se destacou um setor nitidamente progressista, que revela considerável possibilidade de situação na luta contra o regime ditatorial.

Quando se desencadeou a crise de governo com a doença de Costa e Silva, o governo encontrava-se profundamente isolado e desmoralizado, atacado por todos os lados, inclusive dentro dos meios militares. A substituição de Costa e Silva por uma junta militar já representou um golpe de Estado, considerando-se a impossibilidade de cumprir-se a própria Constituição outorgada pela ditadura. A "eleição" de Garrastazu representou um novo golpe, com a adoção de um processo "sui generis" de escolha do presidente da República. O fato de as forças ditatoriais terem sido obrigadas a dar golpes de Estado sucessivos, a oito meses apenas dos acontecimentos de dezembro de 1968, revela como as soluções que encontram para as crises que se sucedem são frágeis e não permitem a estabilização do regime ditatorial. As soluções golpistas voltam a se repetir, o clima de violência tende a se reproduzir, conduzindo ao enfraquecimento sempre crescente do regime ditatorial.

No curso da crise de governo dos meses de setembro-outubro de 1969, patenteou-se a profundidade das divergências dentro das forças armadas. Sua tão propalada unidade não existe e a demora na designação de um novo ditador indica como não foi fácil encontrar a solução de compromisso entre as várias frações militares. O nome de Garrastazu sofreu contestação entre a oficialidade. Em muitos setores desta pleiteava-se um compromisso com a tendência nacionalista que vem se ampliando nos meios militares brasileiros. Para o fortalecimento desta tendência influem os acontecimentos que sacodem a América Latina, agravando as contradições com a política dos Estados Unidos. As divergências dentro das forças armadas brasileiras de correm do crescimento da oposição de setores da oficialidade a política da ditadura, que se choca, cada vez mais, com a realidade nacional e internacional. O governo Garrastazu nasce, assim, mais fraco que seus antecessores, surgindo com o beneplácito, apenas, do

CONTINUA...



Alto Comando Militar, onde predominam os generais castelistas e cos  
tistas.

As forças ditatoriais, diante dessa tendência adversa, manobram para tentar impedir a desagregação e a derrota da ditadura. A substituição de Costa e Silva abriu uma possibilidade para as tentativas de convencer o País com novas promessas. Os primeiros discursos de Médici e a reabertura do Congresso visaram a amortecer a ação das correntes antiditatoriais. No entanto, a nova composição do governo e seus atos iniciais indicam que quase nada mudou da época de Costa e Silva. Nas questões decisivas, relacionadas com a política econômico-financeira e com a repressão policial-militar, observa-se o firme propósito de manter os rumos de antes.

A tendência a prosseguir com a mesma política determinará o rápido desgaste do governo Garrastazu e a acelerada evaporação das ilusões de uma melhoria na situação do povo e do país. A ditadura não conseguirá estabilizar-se e em futuro próximo estaremos diante de novas crises e convulsões internas no campo de nossos inimigos. Tais crises serão mais graves e profundas, na dependência da ação das massas populares e das correntes antiditatoriais.

Amplia-se a oposição ao regime ditatorial, embora esse combate esteja sujeito a reflexos temporários, em consequência de fatores circunstanciais. É certo, também, que o vulto das medidas terroristas adotadas pelos governantes impede que o crescimento dessa luta se manifeste a luz do dia. Essa oposição é, antes de mais nada, surda, cautelosa, e até imperceptível.

Mes não somente o terrorismo da ditadura dificulta o amplo movimento de massas. Na verdade, o grau de terror já tornou pouco eficiente algumas formas tradicionais de organização e de luta. E ainda não surgiram, no seio do movimento de massas, formas de ação e de organização mais condizentes com o quadro atual brasileiro. Outro dado importante, que colabora para o enfraquecimento da oposição ao regime ditatorial, reside na falta de unidade e de coordenação entre as correntes antiditatoriais. Essas se ressentem de concepções erradas que facilitam a ação de nossos adversários. De um lado, são as concepções ilusórias de que é possível se aguardar "aberturas" e "normalizações" democráticas da parte dos detentores do Poder, o que estimula as tendências a passividade e ao imobilismo. De outro lado, são as concepções das "ações diretas", dos atos isolados de grupos de vanguarda, contribuindo, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, para enfraquecer os esforços pela mobilização e a organização das grandes camadas populares, determi-

CONTINUA...

nando não o acúmulo de forças do campo antiditatorial, mas o desgaste desnecessário das forças nacionalistas e democráticas.

O baixo nível das ações de massas e a falta de unidade do campo da frente antiditatorial somente possibilitaram, nestes cinco anos e meio, que as correntes antiditatoriais se engajassem em ações de desgaste da ditadura, sem nos retirar da posição defensiva, sem que pudéssemos substituir uma tática defensiva por uma tática ofensiva. Se conseguirmos, porém, contribuir para a ampliação das lutas de massas e para se criar uma coordenação das forças antiditatoriais, será possível passar para a ofensiva contra o regime ditatorial. Tal mudança depende, em grande parte, de elementos objetivos, que estão fora de nossa vontade. Mas, de outro lado, está relacionada com o aperfeiçoamento de nossa atividade, de nossa capacidade de melhor orientar e atuar no processo de luta. Isto é válido para a frente antiditatorial e sobretudo, para o nosso Partido.

As correntes patrióticas, democráticas e progressistas poderão avançar impetuosamente se houver uma atuação correta, combativa e audaciosa. Mas a derrota da ditadura exige a luta coordenada e muito ampla de diferentes setores sociais e políticos, da mobilização de milhões e milhões de brasileiros. O regime ditatorial não tem futuro. Torna-se cada vez mais evidente sua incapacidade de dar solução aos problemas do povo e assegurar o progresso da Nação. Um governo que nasce como produto da conciliação entre um grupo de generais, repudiado pelo povo, contestado por setores das forças armadas, e enfrentando a posição velada ou ostensiva das forças econômicas e políticas da própria burguesia não tem condições de consolidar-se. Seu desgaste e crescente isolamento tendem a aumentar, tanto mais rapidamente quanto mais se acentua a recessão econômica, em pleno desdobramento, que afetará fortemente a todos os que vivem de salários e vencimentos. Os conflitos na área política, militar e econômica, e os choques de massa com a política da ditadura se repetirão, tornando inevitável a eclosão de nova crise.

A ditadura não tem futuro porque os fatos indicam como a realidade internacional e nacional colidem frontalmente com a política que vem aplicando. Do ponto de vista internacional, suas premissas de que o Brasil deveria preparar-se para a eclosão de uma terceira guerra mundial, contra o socialismo, contrariam a evolução favorável a causa da paz, do anti-imperialismo e do socialismo. Do ponto de vista interno, nacional, ao invés da militarização crescente do país, desejada pelos ideólogos da "Sorbone" para o enfrentamento da "guerra revolucionária", o que se coloca para a Nação são os anseios de desenvolvimento econômico, de grandeza nacional, e de liberdade para as amplas massas populares.

CONTINUA...



Segundo os caminhos apontados pela nossa linha política, aprovada pelo VI Congresso, os comunistas estão convencidos de que darão uma contribuição fundamental para a derrota do regime ditatorial que impede a realização de transformações democráticas e progressistas, primeira etapa no rumo da edificação de uma sociedade socialista em nossa Pátria.

## 2 - A tática que o inimigo vem empregando contra o Partido e as correntes antiditatoriais

Uma das conclusões essenciais do VI Congresso do Partido foi a caracterização da mudança do regime, resultante do novo processo político instaurado a partir do golpe de abril de 64. Diz a Resolução de dezembro de 1967: "O Brasil se encontra hoje asfixiado por um regime ditatorial, militar, de conteúdo entreguista, antidemocrático e antioperário. Este regime, consagrado na Constituição de 67, interrompeu o processo democrático que se desenvolvia durante o regime anterior, regido pela Constituição de 46. Modificou profundamente a forma estatal do poder, com danos incontáveis para os interesses da maioria do povo e do conjunto da nação".

Esta conceituação básica, dificilmente compreendida por alguns setores políticos nos três primeiros anos de ditadura, agora já é aceita sem discussão, desde que foi largamente comprovada pelos fatos. No último ano, vários acontecimentos tornaram mais verdadeira aquela afirmação do VI Congresso. A escalada de terror da ditadura foi num crescendo. A própria Constituição de 67 foi violada pelos seus criadores, com a volta do regime dos atos institucionais no episódio do Ato número 5, com o recesso do Congresso e de diversos órgãos legislativos municipais e estaduais e, especialmente, nos incidentes da substituição de Costa e Silva na presidência da República. Na Emenda Constitucional número 1, lançada pela Junta Militar, "adaptando" a Constituição de 67, foi introduzido o princípio da manutenção permanente do mecanismo dos atos institucionais e complementares, além das faculdades que se deu ao chefe do Executivo de baixar decretos-lei, numa demonstração de que os detentores do Poder não vêem nenhuma restrição legal ao arbítrio de seus atos e decisões.

Ao lado das arbitrariedades para refrear o movimento de massas e da posição democrática, os donos do Poder usam como arma poderosa a mistificação completa sobre sua política. Mantendo absoluto controle sobre a divulgação das informações pela imprensa, rádio, televisão e cinema, escondem cautelosamente os crimes que praticam e as críticas e protestos contra sua política. Não permitem que nenhuma notícia sobre as ações sejam difundidas pelos jornais. Simul-

CONTINUA...

taneamente entorpecem a opinião pública com acusações falsas e caluniosas contra os adversários do regime e com a intensa publicidade favorável aos atos do governo. O povo é mantido, assim, na ignorância do que sucede no País.

Na tática usada pela reação, uma particularidade revelante reside em que a escalada terrorista determinou que o ponto básico de sustentação da ditadura fosse transferido para os quartéis. Embora sempre se tenha esforçado para mobilizar apoio civil, o regime ditatorial não pôde esconder o caráter militar-policial do regime. Já que a força passou a ser seu único argumento, teve a ditadura que desenvolver largamente todos os órgãos de repressão, desde os policiais até os militares, a fim de manter subjugada a grande maioria de nosso povo. E, ao lado dos órgãos policiais e militares de repressão, a ditadura montou um esquema não oficial de núcleos paramilitares, destinados a atuarem de forma ultra-violenta contra personalidades e organizações democráticas, de que são exemplo os terroristas do "Parassar", ligados a oficiais fascistas, deles recebendo armas, munições, recursos e treinamento.

Uma das preocupações básicas do regime ditatorial consiste no esforço permanente para desarticular e paralisar a ação de nosso Partido e de todas as forças progressistas. Uma vasta aparelhagem foi montada para o acompanhamento da atividade de nossas organizações. De um lado, intentam impedir a atividade de massas dos comunistas, dentro das empresas e das entidades populares, buscando cercear a nossa atividade nas empresas, nas escolas, nas concentrações de massa, etc. De outro lado, trabalham para localizar e destruir nossas organizações, nossos aparelhos, a imprensa clandestina e os órgãos dirigentes do Partido. Além disso, tentam por todos os meios desmoralizar nossa organização, espalhando inverdades e deturpando a nossa política e a do movimento comunista internacional. Espalham o ceticismo sobre nós para confundir nossos amigos e simpatizantes. Assim, usando largamente as armas do terror e da campanha ideológica, querem atingir a única força que realmente tem condições para jogar um papel decisivo no processo de luta contra o regime ditatorial, pela tradição e experiência de que dispomos. Contra outras organizações progressistas é feita a mesma campanha.

Esse é o quadro geral do clima de terror e de arbítrio, resultante da escalada antidemocrática iniciada com a deposição de Goulart. Em consequência dessa tática, a ditadura obteve uma vitória temporária, podendo no curso de 1969 manter contido o movimento de massas, ao contrário do que tinha ocorrido no ano anterior. Devemos

CONTINUA...



assinalar que a posição de certos grupos que enveredam pelo caminho das ações desligadas das massas contribuiu para que a reação espalhasse o terror, dando ensejo a um desgaste desnecessário de setores da frente antiditatorial, debilitando o processo de acumulação de forças.

A tática utilizada pelo regime ditatorial reclama de todas as correntes antiditatoriais, especialmente de nosso Partido, o aperfeiçoamento de sua forma de atuação a fim de que possamos reagrupar nossas forças, mobilizando vastos setores da população contra a minoria ditatorial que oprime o Brasil.

### 3 - O uso das formas de luta pelo Partido

Passados mais de dois anos da realização do VI Congresso, parece-nos que as indicações da linha sobre o uso das formas de luta continuam válidas. Mas a correta aplicação da linha torna indispensável se particularizar melhor certos pontos, a luz das experiências já adquiridas pelo Partido e pelo conjunto das forças que combatem a ditadura. Ao mesmo tempo, é necessário chamar a atenção para erros que ressaltam em nossa atividade.

O exame da questão das formas de luta é importante, porque o fracionismo, que eclodiu no Partido na fase que antecedeu o VI Congresso, teve como centro, exatamente, esse tema, confundindo alguns setores partidários. Ademais, é uma questão polêmica, não apenas dentro do Partido, mas também fora dele.

É necessário nos determos nessa questão, porque embora tenhamos uma orientação acertada, definida na instância máxima do Partido, a direção central não realizou posteriormente no Congresso um sério trabalho político-ideológico de defesa da linha política, deixando de combater de forma imediata, dinâmica e viva, todas as tendências falsas reveladas nestes dois últimos anos. Contentamo-nos com o fato de já havermos elaborado uma diretriz acertada, quando a sorte de uma linha política depende da capacidade da direção de defendê-la no dia-a-dia da luta revolucionária. Chegou a haver entre nós, inclusive, uma certa defensiva, quando os acontecimentos comprovam cabalmente a justeza das posições do VI Congresso. Agindo assim o Comitê Central contribuiu para o relativo imobilismo que existe em setores partidários e para o ceticismo que atinge algumas áreas próximas ao Partido.

A falta de uma orientação mais precisa e convincente de nossa parte sobre o correto uso das formas de luta vem a ser, também, um

CONTINUA...

dos elementos que colaboram para que se distanciem de nós, e cheguem até a nos combater determinadas fileiras do movimento revolucionário. Isto é particularmente válido em relação a setores das camadas médias, da intelectualidade e da juventude, que, vendo erros na perspectiva oferecida pelo Partido, tendem a lutar de acordo com uma visão não-marxista, gastando seu grande potencial revolucionário, seu ardor e combatividade, numa ação inconsequente e de escasso rendimento para a luta contra os inimigos do povo brasileiro.

A linha do VI Congresso estabelece que o Partido deve preparar-se e preparar as massas para a combinação das formas elementares e legais de luta com as outras de níveis mais elevados, com a luta armada, de acordo com as possibilidades de cada região. O essencial é que as formas de luta decorram das exigências da situação concreta, em cada momento e em cada local, que sejam adequadas ao nível de consciência e à capacidade de luta das massas. Essa indicação básica é perfeitamente válida e está rigorosamente de acordo com a concepção leninista das formas de luta, aplicando-se perfeitamente à situação brasileira da atualidade.

A linha política de nosso Partido formula que devemos levar amplos setores da população, especialmente os trabalhadores, a utilizar formas corretas de luta de massas, contra a violência da reação. Não é o povo, nem a sua vanguarda revolucionária, que tem a iniciativa e a responsabilidade do uso da violência, conforme demonstra a história do movimento revolucionário. Nós, os revolucionários, não somos de maneira alguma os pregoeiros do uso da violência e se o caminho da luta armada se tornar o único válido, isto se dará como uma imposição da reação, por ter ela fechado todas as possibilidades de luta não violenta, levando o povo (o povo, e não somente a vanguarda revolucionária) a ser obrigado a utilizar as formas violentas de luta.

O caminho traçado pelo VI Congresso corresponde as experiências valiosas acumuladas pelo movimento revolucionário mundial, ao longo de um século, e que foram generalizadas por eminentes teóricos, como Marx, Engels e Lenin. Ele traduz a lição de que o marxismo-leninismo não vincula o movimento revolucionário a uma única forma determinada de luta, admitindo as mais diversas. Ensinava Engels: para mim, como revolucionário, me é útil qualquer meio que leve ao objetivo, tanto o mais violento como aquele que pareça o mais pacífico.

Guiado por esse ensinamento, nosso Partido rechaça a tese de que "só a luta armada é válida", como repudia os que desejam se aferir unicamente às lutas consentidas e elementares. Tanto uma tese

CONTINUA...



como a outra são profundamente nocivas. Se houvessemos adotado a tese de que "sô a luta armada resolve", numa fase em que as massas não estão preparadas para lutas como as greves e as demonstrações de rua, teríamos enveredado por um caminho que somente agravaria o nosso desligamento das grandes massas, num período de refluxo do movimento revolucionário de massas. Ao contrário, se houvessemos aceitado o equívoco oposto, ficaríamos desarmados para enfrentar a violência da reação, que tem estreitado cada vez mais a faixa do terreno com sentido de luta.

Na discussão do problema da luta armada, julgamos indispensável alertar para a confusão, que muitos estabelecem, entre revolução e luta armada, que é apresentada como princípio e fim de toda a revolução. Para nós, revolução é uma transformação social, é a subida ao poder de uma classe avançada, progressista, que abre caminho para o ulterior desenvolvimento da sociedade. Já a luta armada é uma das formas de luta usadas na luta de classes. Sendo assim, a revolução pode dar-se ou não com luta armada, na dependência de uma situação histórica. Ademais, pode-se deparar um processo de luta armada sem que ele implique num choque revolucionário, quando eclode, por exemplo, um embate armado entre correntes dentro da própria classe exploradora. A confusão entre revolução e luta armada conduz a equívocos perigosos. Um deles, muito frequente, é considerar-se que os "radicais" são os que pregam indiscriminadamente a luta armada. Ora, o radicalismo decorre do conteúdo da luta, da classe que nela se envolve, do programa que a classe postula. Programas e táticas "radicais", por maiores e mais exitosos que sejam os modelos que copiam, por mais "radical" que seja a forma de luta que preconizem, e até mesmo desencadeiem, não são radicais sem a participação na luta de uma classe radical para sustentá-los. Nas condições brasileiras de hoje, sô é radical um movimento que presuponha e conte com o apoio e a participação de milhões e milhões de trabalhadores da cidade e do campo.

Os marxistas não condenam, por princípio, nenhuma forma de luta, mas tão somente se preocupam em demonstrar a sua conveniência ou inconveniência numa situação concreta. Além disso, para nós, as formas de luta não são "inventadas" pela vanguarda revolucionária em seus gabinetes de teoria. A vanguarda cabe, o papel de tornar conscientes as formas de luta criadas pelo povo, que surgem no processo revolucionário. Assim pensando, impugnamos o voluntarismo e o subjetivismo, que tanto mal causaram ao Partido, num passado não muito remoto, e que, quando influenciaram nossa organização, determinaram

CONTINUA...

sérios erros, que não esqueceremos facilmente.

Não renunciando a nenhuma forma de luta, nossa linha política leva em conta, também, outra indicação leninista, a de que a vanguarda revolucionária não deve se limitar as formas praticáveis de ação, vale dizer, que não se amolda apenas aquelas formas de luta tradicionais e conhecidas, isso, temos de estar preparados para passar rapidamente de uma forma de luta para outra diversa. Dizia Lenin que é necessário "dominar, sem nenhuma exceção, todas as formas de atividade social", e estar preparados "para a substituição mais rápida e inesperada de uma forma por outra". E o grande gênio da Revolução de 1917 acrescentava que "o marxismo não se limita em nenhum caso as formas praticáveis e somente existentes em um momento dado admitindo o aparecimento inevitável de formas de luta novas, desconhecidas dos militantes de um período determinado, ao mudar uma conjuntura social determinada". Eis porque a Resolução do VI Congresso foi flexível, bastante apropriada para uma situação tão instável como a que atravessamos no Brasil. A aplicação correta dessa indicação reclama, entretanto, duas coisas: de um lado, que estejamos preparados para aplicar qualquer forma de luta; em segundo lugar, que acompanhemos atentamente a evolução do quadro, especialmente o clima real do movimento das amplas massas populares, para sentir a cada momento e em cada lugar qual é a forma mais apropriada de luta. Num país tão vasto como o Brasil, em que as regiões desenvolvem-se desigualmente, certas formas de luta podem ser válidas numa região, mas não correspondem em outra. Isso obriga-nos a indicar as direções intermediárias que a elas cabe uma grande responsabilidade e autonomia na escolha das formas de luta mais adequadas para as regiões sob sua responsabilidade. Isto é ainda mais verdadeiro numa situação de clandestinidade rigorosa, quando as comunicações internas no Partido são difíceis, perigosas e demoradas, quando não são fáceis e frequentes os contatos da direção central com as organizações intermediárias. Além disso, a direção central não pode aquilatar, a cada instante, o estado de espírito que reina entre as massas de nosso povo, nesta ou naquela região, nesta ou naquela camada social. Essa autonomia das direções intermediárias, na escolha de formas de luta, não significa que sem consulta à direção central, qualquer uma de nossas organizações pode desencadear um processo de luta armada. Pelas consequências que podem advir para o conjunto da luta revolucionária no País, não é possível usar essa forma de luta levando em conta apenas a situação particular de um Estado ou Região. Nesse caso excepcional, é forçoso que caiba a direção central do Partido a responsabilidade por uma iniciativa desse tipo.

A linha política do VI Congresso precisou que o caminho para

CONTINUA...



se derrotar a ditadura é o caminho das lutas de massas, subordinando o uso das formas de luta a essa concepção leninista. Afirmamos: "O processo de isolamento e derrota da ditadura é o do desenvolvimento da luta de massas e da unidade de ação das forças democráticas". Alguns setores menos experientes do movimento revolucionário atacam o nosso Partido acusando-o de "burocratizado", de "incapaz", por não se lançar sozinho, isolado das massas, a combates frontais com os inimigos do povo. Tais acusações não nos impressionam, pois estamos escorados em alicerces muito fortes. Em primeiro lugar, porque nossa experiência do passado, na tentativa de insurreição de 35 e na fase de 47-54 deixou-nos um saldo indelével de lições, que não serão olvidadas. Em segundo lugar, porque as indicações da teoria marxista são muito claras, pois trata-se de uma questão amplamente esclarecida no movimento revolucionário mundial. Dizia Lenin: "... somente com a vanguarda não é possível triunfar. Seria não só estupidéz, mas um crime lançar apenas a vanguarda na luta decisiva, enquanto as grandes massas não ocuparem uma posição de apoio direto a vanguarda ou, pelo menos, de neutralidade favorável a ela, e de completa recusa em apoiar o inimigo. E, para que efetivamente toda a classe, as grandes massas trabalhadoras e os oprimidos pelo capital cheguem a tal posição, não é suficiente a propaganda e a agitação. Para isso é necessária a própria experiência política das massas. Tal é a lei fundamental de todas as grandes revoluções". Em terceiro lugar para reforçar a convicção de que não estamos equivocados, temos a recente experiência da luta contra a ditadura. Qual é o saldo das "ações diretas" contra os governantes brasileiros? O que fizeram os que não aceitam o caminho da luta de massas? Enveredaram por ações que trouxeram um desgaste desnecessário de setores revolucionários, sem conduzir o exército de milhões de brasileiros a aumentar sua participação no processo revolucionário. Reafirmamos, pois, que "por mais heróica que seja a ação de indivíduos ou pequenos grupos isolados das massas, por mais admiração que tal ação desperte no seio das massas, por maior que seja o medo e a inquietação provocada entre os opressores, tudo isso é fugaz, não contribui para educar as massas, que são, ao contrário, induzidas à apatia, a uma atitude passiva de espera, na expectativa de outros atos de repercussão, de maiores façanhas". (Do artigo do camarada Antonio Almeida, na "Voz Operária" de outubro de 1969).

Na orientação do VI Congresso fica remarcada a indicação da necessidade do uso das formas consentidas e não consentidas de luta, de utilização das formas violentas e não violentas de ação. Essa flexibilidade é fruto da concepção de que falamos antes, de que não condenamos a priori nenhuma forma de luta e que, ao contrário, as conside

CONTINUA...

ramos de um ponto de vista histórico-concreto. A luta revolucionária determina que se elabore uma tática apoiada na análise concreta da realidade concreta. Além disso, a alternativa que estabelecemos para o uso das formas de luta determina que aprendamos com as massas, buscando sempre, cuidadosamente, sua experiência, pois o movimento de massas gera sempre processos novos de luta, tanto de defesa como de ataque.

Examinando a aplicação de nossa linha política, sob esse ângulo, vemos que houve acertos, mas também incorreções em nossa atividade. Soubemos avançar quando não concordamos com a renúncia de certas possibilidades da participação nos pleitos eleitorais ou quando não abdicamos do trabalho no movimento sindical. O uso das eleições, notadamente nos pleitos para governadores de Estado, em 65, e as eleições parlamentares de 66, permitiram um trabalho de relativa envergadura contra o regime ditatorial. Tanto assim foi que os detentores do Poder tiveram de, posteriormente, cassar mandatos, restringir ainda mais o processo eleitoral, etc. O não abandono dos sindicatos vem permitindo uma ação proveitosa para a reaglutinação e reorganização do movimento operário. Inúmeros outros exemplos podem ser lembrados para comprovar o acerto de nossa preocupação em não renunciar ao uso das formas de luta permitidas pela reação.

Entretanto, no que diz respeito a preparação do Partido e das massas para o emprego das formas violentas de luta, nossa atuação ressentiu-se de grandes falhas. No plano de trabalho político-ideológico isto é mais do que visível, bastando assinalar que em nossa propaganda e em nosso trabalho de educação não se vê, sobre isso, uma orientação satisfatória. Em consequência desse desvio, vimos nas lutas que se verificaram no curso de 1967-68, especialmente em certos movimentos estudantis, que muitas de nossas organizações não atuaram adequadamente, nos preparativos daqueles atos de massas contra a violência da reação. Quando, no movimento de massa se adotou medidas acertadas de autodefesa, como resposta enérgica aos atentados policiais, constatou-se uma atitude quase omissa de muitos camaradas nossos, o que, além de abrir aos inimigos a possibilidade de infligir golpes no movimento, contribuiu para a não extensão, em nível mais alto, daquelas lutas. Ao lado disso, essa posição deu pretextos a que os elementos "ultra-esquerdistas" atacassem a orientação geral correta do Partido. Não se trata, no entanto, de criticar os camaradas e as organizações partidárias que atuaram naqueles movimentos, desde que sua conduta refletiu um erro generalizado, pela qual é responsável a direção central, que não desceu uma orientação justa ao conjunto do Partido nem se preocupou em zelar, nesse ponto, sobre o fiel cumprimento da linha do Partido.

CONTINUA...



Não havendo uma preparação político-ideológica e prática para defender os movimentos de massa da violência da ditadura, jamais cumprimos a indicação leninista de que é indispensável dominar todas as formas de luta, sem exceção. As falhas políticas, naturalmente, influíram para que, a partir do Comitê Central, não fossem adotadas as medidas necessárias para o emprego das formas mais violentas de luta. É certo que, a cada momento, é necessário dar o devido peso a cada tarefa prática. Mas, o que não é admissível é apenas trabalhar de acordo com alguns elementos da linha política, sem ver o conjunto das tarefas por ela formulado. O fundo desse desvio reside na incompreensão de que o emprego das formas de luta mais violentas só deve ser tratado quando ele se colocar concretamente diante de nós. Eis aí uma visão espontaneista da questão e que deve ser extirpada de nosso meio. O emprego das formas violentas exige toda uma orientação e uma preparação no seu campo específico, reclamam um trabalho político-ideológico e organizativo planejado, tudo isso feito com muita antecedência. Essa atividade é imprescindível para que estejamos aptos a dirigir o processo revolucionário, em qualquer situação. Enfrentando essa questão devemos ter presente que o grande esforço feito para não permitir que o Partido seguisse pelos caminhos da aventura, conforme desejavam os elementos fracionistas de 67, amorteceu nossa vigilância ante o erro oposto, tão daninho quanto o outro. A falta de preparação do Partido para o emprego de formas violentas trás como subproduto, como contrapeso, o estímulo ao "ultra-esquerdismo", dando-lhe elementos para atacarem nosso Partido.

Ao estudarmos o uso das formas de luta, deve se combater, também, todos os que desejam a importação mecânica de experiências de outros países. Um partido revolucionário tem que, obrigatoriamente, estudar todas as lições do movimento revolucionário, especialmente quando os meios de comunicação aproximam todos os povos, estabelecendo vínculos mais estreitos entre todos os destacamentos do proletariado internacional. Uma coisa, porém, é conhecer a experiência de outros países e outra bem diversa é tentar transplantá-las mecanicamente para situações completamente dissemelhantes. Todos os que desejam importar soluções inadequadas cometem sérios erros. Em nossa atividade passada temos vários exemplos disso. Houve um tempo em que pretendíamos organizar "soviets" no Brasil; em outro, tentamos seguir rigidamente o caminho da revolução armada chinesa. Ao discutir o uso das formas de luta, devemos ter sempre presente as características de nosso movimento revolucionário, suas particularidades, suas tradições, o meio em que atua, etc. Na verdade, nosso atraso reside precisamente em nossa diminuta capacidade de generalizar teoricamente as lições do movimento revolucionário brasileiro.

CONTINUA...

Sem vencer esse atraso teórico, o movimento revolucionário de nosso país sofrerá sempre com as "modas", com as importações mecânicas de lições de revolução em outros países. Exemplo disso foi o prejuízo causado pelas teses de Debray e do "foquismo".

A aplicação acertada de nossa orientação reclama, pois, a elevação do trabalho teórico e político do Partido, de forma a que possamos enriquecer nossa linha com as experiências novas surgidas no curso da luta. A atividade no plano da teoria é de fundamental importância, porque é ela que dá maior convicção aos que nos seguem de que estamos no caminho certo, apesar das dificuldades momentâneas. E o combate no plano da teoria que varre as vacilações é o ceticismo, que tanto desgasta a luta revolucionária. Devemos, portanto, despertar entre nós o espírito da polêmica com as idéias equivocadas, ao lado do espírito de pesquisa sobre as questões novas que surgem no movimento revolucionário brasileiro e internacional.

#### 4 - A preparação do Partido para o emprego de todas as formas de luta

Examinando a aplicação da linha traçada pelo VI Congresso, a grande lição a ser tirada reside na necessidade de remarcar, para o Partido, que a situação atual do nosso país determina, mais do que nunca, estarmos preparados para o uso de "Todas" as formas de luta. O clima de instabilidade que atravessa a ditadura vem a ser uma advertência para que a vanguarda leve em conta a grande lição leninista. Advertia Lenin: "Sem dominar todos os meios de luta podemos correr o risco de sofrer uma derrota fragorosa - às vezes decisiva - se modificações independentes da nossa vontade na situação de outras classes puserem na ordem-do-dia uma forma de ação na qual somos particularmente débeis."

A linha política de massas, traçada pelo VI Congresso, embora não tenha conduzido ainda a derrota da ditadura, é a única correta, pois é a que permite a acumulação de força, fazendo estreitar a base social e política do regime ditatorial. A alternativa que foi estabelecida a linha que seguimos foi a linha da "ação direta" de pequenos grupos, isolados da massa. Embora tais grupos tenham tido até um certo êxito parcial temporário em alguns atos, sua concepção de luta os levou a serem esmagados com facilidade pela reação, conduzindo ao sacrifício de centenas de jovens revolucionários que poderiam ter sido mais úteis à revolução se tivessem se voltado para o trabalho paciente e perseverante em prol da organização de milhões e milhões de brasileiros contra a ditadura e por transformações revolucionárias em nosso país. Esse é o balanço insofismável do que redundou das atividades do grupo Marighella, após dois anos de atuação.

CONTINUA...



Submetida a prova da prática, nossa linha política vai se confirmando junto aos militantes comunistas e a círculos cada vez maiores de nosso povo, como a única que poderá derrotar a ditadura brutal que oprime o Brasil. Trata-se, pois, somente de corrigir as falhas em sua aplicação. Um grande esforço autocrítico deve impulsionar nossas organizações, iniciando pelo Comitê Central, para que aperfeiçoemos nossa atividade revolucionária.

Cabe ao Comitê Central adotar medidas que armem o Partido para agir com maior flexibilidade e firmeza no quadro presente da luta contra o regime ditatorial, levando em conta a indicação do VI Congresso de que "a medida que a ação das massas se intensificará, os choques com a reação tenderão a tornar-se mais violentos".

Antes de tudo, é preciso advertir que, embora se tenha estreitado a faixa das possibilidades de lutas consentidas pela reação, os comunistas não podem renunciar ao uso das formas elementares de luta. Nisto, o que nos guia não é a tática da reação, mas o sentimento das massas populares, seu estado de espírito e seu nível de organização. E, na situação de hoje, a imensa maioria dos trabalhadores ainda vê no uso das formas consentidas de atuação o caminho proferido para a defesa de seus direitos. As formas não consentidas são aceitas por um setor restrito das massas, mais politizado, notadamente entre os estudantes e os intelectuais. Mesmo entre eles, porém, não é possível ficar apenas nas formas de luta não consentidas. Na maioria das vezes, o correto é a utilização hábil das formas consentidas de ação com as não consentidas pela ditadura.

Não podemos nos dar por satisfeitos com a compreensão existente no Partido sobre as formas consentidas de luta. Em muitos setores partidários há resistência a ir aos sindicatos, para as organizações populares - como as sociedades de amigos de bairro, as cooperativas, os clubes de futebol, as entidades de beneficência, etc - criadas e mantidas pelo próprio povo, especialmente pelos trabalhadores. E acontece que, onde foi vencida a resistência à situação nas organizações legais, ainda surgem as tendências imediatistas e sectárias que atrapalham e comprometem o trabalho do Partido. A atividade de massas dos comunistas tem que ser paciente, persistente, obedecendo ao propósito de servir ao povo, sobretudo de contribuir para que as massas populares aprendam com sua própria experiência a se organizar e a lutar melhor em defesa de seus direitos. É nesse processo que as grandes massas se conscientizam, educam-se para a luta revolucionária. E a movimentação das massas pressupõe o trabalho a partir das reivindicações mais elementares. Com toda razão, esse ponto foi grifado na Resolução do VI Congresso: "É indispensá-

CONTINUA...

vel partir sempre da defesa daqueles interesses que possam levar os trabalhadores a se unir e lutar. A formulação acertada das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, relacionadas com o salário, as condições de vida e de trabalho, os direitos de reunião e manifestação, bem como a organização de luta por estas reivindicações e a escolha das formas adequadas para a condução da luta devem ser uma preocupação permanente dos comunistas."

Para que o conjunto dos militantes possa atuar com maior eficiência no seio do povo, usando corretamente as formas consentidas e mais elementares de luta, é imprescindível que os dirigentes transmitam ao conjunto partidário uma soma maior de experiências de luta e de organização nas empresas nas organizações sindicais e populares. Boas experiências como a do trabalho nas sociedades de amigos de bairro de São Paulo necessitam ser largamente difundidas. Essa deve ser uma das tarefas básicas de nossa imprensa, notadamente de "Voz Operária". Mas o órgão central do Partido só poderá trazer matérias ricas em experiências se as receber das organizações do Partido. Devem as direções organizar ativos para o recolhimento das experiências vivas de nossa atuação no meio da massa, assim como também para conhecer as experiências das lutas espontâneas do povo.

Desejamos, frisar, chamar a atenção do Comitê Central para a preparação do Partido para o emprego das formas não consentidas e violentas de luta. Já assinalamos, no capítulo anterior, a existência da greve falha que se verifica, sobre esse aspecto, na aplicação da linha política. A nocividade desse devio é tanto maior quando vimos hoje as lutas de massas elementares tenderem a choques cada vez mais violentos com o brutal aparelho repressor montado e aperfeiçoado pela ditadura. Além disso, os fatos atuais e a nossa experiência dos últimos anos indicam a necessidade de uma preparação para o emprego das formas violentas de luta, inclusive a luta armada. Consideramos um grande erro o desprezo pela preparação para o emprego das formas violentas de luta. É certo que essa preparação tem que ocupar seu peso apropriado em cada momento, de acordo com a evolução da situação política do país e com a realidade partidária. O que não pode continuar, no entanto, é o abandono quase total, pela preparação do Partido e das massas para a utilização dessas formas de luta.

Essa resistência à preparação do Partido para o emprego das formas violentas de luta demanda que seja examinada de perto. Na verdade, o conjunto do Partido encontra-se marcado pelos longos anos de ascensão, em que a luta revolucionária transcorreu sem grandes choques com o inimigo. Esse período foi de dez anos, durou de 1954 a 1964. Naquela época houve a preocupação justa de corrigir-se os

CONTINUA...



erros "esquerdistas" e sectários, que marcaram fase de 1947 a 54. E muitos comunistas recordavam ainda dos erros cometidos pelo Partido na fase de 1928 até 1935, que culminou com a tentativa frustrada da insurreição de novembro de 35, que tantos prejuízos acarretou para o Partido e o movimento revolucionário brasileiro. Na crise interna surgida em 1956, por ocasião da denúncia do "sistema do culto à personalidade", remarcou-se as críticas ao "mandonismo" dos dirigentes, que forçavam os militantes a atos aventureiros". Depois da derrota de 64, vivendo o Brasil uma situação completamente diversa da década anterior o Partido atravessou um período de crise interna, fruto natural da derrota sofrida com a fácil derrubada do governo Goulart. E a crise interna foi agravada com a eclosão violenta das divergências no movimento comunista internacional, em razão da linha "esquerdista" advogada pelos dirigentes do Partido Comunista Chinês. A partir de 1964, a necessidade de resistir as tendências desesperadas de muitos camaradas, entre os quais alguns ex-membros do Comitê Central, levou a grande massa de nossos quadros a reagir com intransigência ante as proposições de ações violentas desligadas das massas. O princípio básico de que sem as massas não podemos avançar preservou o grosso do Partido, manteve-o num caminho correto, leninista. Mas, acertando no fundamental, abandonamos o ataque a outras tendências malsãs de fundo oportunista.

Além desse fator, um outro mais relevante ainda influi para que surja a resistência a preparação do Partido para o emprego de formas mais violentas de luta. Sabemos que, na fase atual, a atuação política do Partido é muito débil, em virtude de não estarmos vinculados estreitamente as grandes massas de nosso povo. Esse é o nosso tradicional calcanhar de Aquiles não superado inclusive nos período de ascensão do movimento revolucionário. Tal situação é agravada, na atualidade, quando enfrentamos uma luta difícil, num quadro de grandes dificuldades internas no Partido. Por isso o conjunto dos quadros comunistas preocupa-se, muito justamente, em ligar o Partido as grandes massas, especialmente aos trabalhadores, a fim de que possamos influir no curso da luta política. A tarefa de transformar o Partido numa organização que dirija, organize e mobilize grandes massas marcada pelo VI Congresso - é o elo da corrente a ser puxado, é a questão prioritária que não pode ser prejudicada por nenhuma outra e por nenhum tipo de ação política. Por isso combatemos as tendências, dentro e fora do Partido, dos que menosprezam o trabalho paciente de esclarecimento e organização das massas, por optarem pelos atos e as ações de repercussão. Por isso, repudiamos com firmeza a tática da "ação direta", roupagem nova da

CONTINUA...

velha concepção pequeno-burguesa que vem acompanhando o movimento comunista brasileiro ao longo dos tempos.

Mas não existe nenhuma contradição em trabalhar com afinco por reforçar nossos vínculos com as massas e, simultaneamente, preparar o Partido e as massas para formas de luta mais violentas, desde que essa preparação seja procedida de acordo com as indicações de nossa linha política. Nas condições presentes, as ações das massas levarão, quase certamente, a ditadura a usar a violência, o que acabará por conduzir as grandes massas populares a se defenderem também com violência. Assim, se desejamos impulsionar o movimento de massas, se queremos nos inserir na mobilização das massas, temos que iniciar a preparação dos comunistas e do povo para os choques violentos com a ditadura. Estamos num período de acumulação de forças damos preferência as formas de luta mais elementares e consentidas pela reação, mas temos que ir preparando o emprego, pelas massas, de formas mais violentas de ação, inclusive a luta armada. Essa é a visão dialética com que devemos focalizar o processo de luta pela derrocada do regime ditatorial.

Examinando, pois, a resistência ao cumprimento do elemento da linha política que assinala a necessidade de nos prepararmos para todas as formas de luta, o Comitê Central deve corrigir o desvio verificado na aplicação das determinações do VI Congresso.

Antes de mais nada, é necessário a preparação do ponto de vista ideológico, colocando-se para o Partido a experiência universal da luta de classes. Esta ensina que os adversários do povo recorram sempre, na defesa de seus interesses, a maior violência. A reação procura apresentar os comunistas como adeptos da violência indiscriminada, como fomentadores das guerras civis, como os campeões do uso das formas violentas de luta política. Para tanto, deturpam maliciosamente os conceitos marxistas sobre a violência, quando os teóricos marxistas sempre procuram mostrar que a violência, individualmente, foi usada pelos exploradores e opressores para sufocar a revolta das massas populares. Estas, em razão disto, são forçadas a também responderem violentamente aos seus inimigos, não sendo válidas para o povo as táticas pacifistas, no estilo gandista. Os comunistas sabem perfeitamente que nas guerras civis, nas insurreições, quem mais sofre são os despossuídos, as grandes massas trabalhadoras. Por isso, Lenin reafirmava: "Em nosso ideal não há violência sobre os homens". Assinalamos, pois que a responsabilidade pela violência cabe sempre aos privilegiados, aos capitalistas, e que as grandes massas somente recorrem a violência para enfrentarem a violência de seus inimigos. A lição atual de nossa pátria comprova amplamente essa verdade histórica.

CONTINUA...



A preparação ideológica e política de nosso povo para o emprego das formas violentas de luta, desde os choques restritos até a luta armada, é indispensável. Em nossa propaganda, devemos a ela dar o devido destaque, não escondendo a eventualidade de que esse caminho venha a ser impor ao nosso povo. No trabalho de educação de nossos militantes, também devemos remarcar esse ponto, pois disto irá depender a preparação do Partido para o uso dessas formas de luta.

Além disso, em nossa atividade, um determinado peso deve corresponder a preparação prática para tal caminho, mesmo que ele não venha a ser trilhado. No entanto, não se pode brincar com essa atividade, que tem que ser feita sem nenhum espírito de aventura, sem pressa e com a maior responsabilidade. Todos os comunistas devem se preocupar com a preparação para o emprego das formas de lutas violentas, e desde agora algumas medidas práticas devem ser adotadas, tais como: estudo minucioso das forças do inimigo e de sua tática político-militar trabalho nas forças do inimigo; domínio e conhecimento das técnicas modernas de repressão; levantamento de quadros que conheçam o uso de armas, meios de comunicação, transporte, etc. Enfim, é necessário romper com as tendências espontaneistas que alimentam a incompreensão de que esses preparativos são se colocarão diante de nós quando se abrir concretamente o caminho dos choques violentos, das guerrilhas e da luta armada.

Cabe, também, iniciar em nível novo a preparação de quadros especializados que possam, amanhã, vir a ser os instrutores do povo para as ações violentas. Mas o conjunto partidário deve receber aulas e palestras sobre isso. Ademais, temos de montar a aparelhagem do Partido para o seu funcionamento no clima da mais feroz repressão. Qualquer descuido nessa questão poderá ser catastrófico para nossa atividade futura. Temos que ter a nítida noção dos riscos e perigos que as organizações partidárias correrão se a ditadura levar as massas por esse caminho. Na atualidade, em muitas organizações partidárias, pela forma com que atuam, subestima-se a ação do inimigo contra nós. Por isso, são constantes as violações das normas de vigilância e segurança, o que tem acarretado prejuízos facilmente evitáveis.

Dentro dessa perspectiva, uma questão concreta, já apontada pelo VI Congresso, deve merecer atenção imediata. Como a reação procura sempre esmagar as ações e os movimentos populares, não se pode negligenciar a preparação da autodefesa de massas. Eis uma tarefa que os comunistas devem cumprir imediatamente. Em todas as ações de massas deve-se organizar a autodefesa, e quanto mais se ampliarem as ações de massas maior cuidado necessita haver quanto

CONTINUA...

a isto. E não se trata, somente, de mobilizar os comunistas para as tarefas de autodefesa. É preciso colocar abertamente essa questão para os líderes de massas, para os homens mais combativos que se destacam nas lutas. Mas a organização da autodefesa de massas não tem somente o sentido de impedir que os governantes esmaquem os movimentos de massas. Seu alcance é ainda maior, pois conforme assinalou-se na Resolução do VI Congresso: "... constitui importante fator de preparação das massas para formas de luta mais elevadas". Precisamos, pois, compreender que a organização da autodefesa de massas é uma tarefa permanente, normal, de nossas organizações. Indicações precisas e minuciosas a esse respeito devem ser transmitidas a todos os nossos militantes, através de aulas, de manuais, etc. Além disso, devemos descer recomendações sobre autodefesa para os atos específicos do Partido, como a promoção de comícios, a distribuição de propaganda partidária, a realização de inscrições murais, etc. A repressão ditatorial impõe-nos essa obrigação e dela não podemos fugir.

#### 5 - Balanço do Trabalho Especial do Partido

Discutindo o emprego de todas as formas de luta e a necessidade de de preparação do Partido e das massas para o uso das formas violentas de luta contra a violência da ditadura, é indispensável examinar destacadamente o trabalho especial do Partido. Esse exame é importante em vista do grande atraso nosso nesse terreno, das incompreensões que proliferam sobre essa questão e em virtude da necessidade de modificar completamente o panorama das atividades partidárias nessa frente de trabalho. No curso da discussão oralmente, outras informações serão apresentadas, a fim de que os membros do Comitê Central possam ter um melhor conhecimento das atividades do trabalho especial.

O documento sobre a estruturação do Trabalho Especial foi aprovado numa reunião do Comitê Central em princípios de 66, ou seja, antes da realização do VI Congresso. O objetivo desta frente, então definido, era o de armar o Partido para atuar em segurança, nas condições mais difíceis de ação, inclusive em caso de luta armada. Dizia o documento: então aprovado: Um partido revolucionário deve estar em condições de atuar em qualquer situação. Dentro do critério comunista de organização, devemos estar em condições de dirigir a classe operária nos mais variados níveis de luta. Nossa posição de reboque, ao lado de concepções imediatistas e golpistas, levaram a que descuidássemos da preparação do Partido para várias situações. A estruturação dessa frente não deve ser compreendida como uma medida excepcional e que implique em uma perspectiva

CONTINUA...



va imediata de luta armada. Deve ser entendida como uma das medidas destinadas a colocar nossa organização em condições de cumprir sua tarefa revolucionária. Trata-se de uma tarefa permanente. O que cabe a direção é determinar seu peso específico dentro de uma política de organização, tendo em conta a nossa linha política e as condições concretas.

Fixamos a meta de montar, a longo prazo, um aparelho para o Partido, em condições de funcionamento permanente. Desde logo foi estruturada uma ação do Comitê Central para auxiliar a direção no encaminhamento das tarefas dessa frente. Em consequência disso, foram enfrentadas e resolvidas algumas tarefas e elaboraram-se alguns documentos sobre o trabalho especial.

A Seção foi estruturada com responsáveis pelos setores em que dividiu-se o trabalho especial: dispositivo de fronteiras, setor de documentação, setor de instrução, setor de planejamento e informação, e pelo encarregado geral do trabalho, que ainda se responsabilizou por mais outras tarefas específicas. De início, procurou-se definir as incumbências que caberiam ao Comitê Central e as tarefas que deveriam descer aos demais níveis do Partido. Procedeu-se, também, a tentativa de estruturar essa frente de trabalho nos principais Comitês Estaduais.

Os objetivos que nos propuzemos, numa primeira etapa, foram os de criar o aparelho de documentação, o dispositivo de fronteira, além de iniciar o reconhecimento de itinerários e o levantamento de pontos de apoio para nossas ligações no País. Igualmente, encetamos a realização de cursos, em dois níveis, sobre luta armada, e iniciamos a confecção de planos e estudos sobre as alternativas da evolução de um processo de luta armada no Brasil. Outros objetivos que visamos alcançar foram a centralização de informações sobre o trabalho especial e a realização de estudos sobre telecomunicações no Brasil. Por fim, demos início à montagem de alguns aparelhos de caráter mecânico. No correr do trabalho, sentindo o vulto dos recursos necessários a realização de nossos planos, a Seção intentou criar, através de alguns negócios, fontes financeiras próprias para sua atividade.

Na aplicação das Resoluções do CC, chocamo-nos com duas ordens principais de dificuldades, decorrentes de incompreensões políticas sobre nossa linha política.

Em primeiro lugar, quando iniciamos o nosso trabalho proliferavam as concepções "esquerdistas" em muitos setores do Partido. Os que defendiam posições "esquerdistas" buscavam disvirtuar o trabalho especial, tentando lhe dar um sentido de preparação do Partido

CONTINUA...

para a luta armada imediata. Face a resistência do conjunto do Partido a tal pretensão, essa tentativa de desvirtuamento transformou-se em sabotagem de trabalho especial. Tivemos que travar uma luta árdua contra esse desvio, desde que diversos ex-membros do CC e dirigentes de Comitês Estaduais importantes defenderam as suas posições, no período imediatamente anterior ao VI Congresso.

Em segundo lugar, tivemos também de enfrentar o desvio oposto, de fundo oportunista, isto é, a resistência de muitos camaradas em cumprirem as tarefas traçadas nesta frente de trabalho, por ilusão no caráter da ditadura, por julgarem inteiramente desnecessário as tarefas de preparação do Partido e das massas para condições mais difíceis de luta.

Além disso, no plano da direção, surgiram outras falhas. Embora o Comitê Central, antes e após o VI Congresso, tenha deparado com uma situação orgânica difícil, em razão da luta interna que eclodiu em nossas fileiras, e tenha traçado uma orientação correta e detalhada sobre o trabalho especial. Somente aquelas tarefas ligadas diretamente ao funcionamento da própria direção foram enfrentadas com espírito de decisão e audácia. Quanto as outras, não houve o mesmo empenho. Portanto, temos a assinalar que o imediatismo ainda exerce uma séria influência em nossa ação prática, na direção do Partido.

Dando um balanço no trabalho especial, concluímos que ele apresentou resultados positivos em alguns setores, enquanto em outros os resultados foram precários. No setor de documentação, no dispositivo de fronteiras e em algumas atividades de caráter técnico, nos quais houve um trabalho continuado até a presente data, temos um saldo positivo a ser apresentado. Mas, naquelas realizações, como os cursos, que dependiam da mobilização do Partido, nosso trabalho teve altos e baixos, sendo que no último ano paralisou-se completamente.

Entre os fatores que contribuíram negativamente para o avanço do trabalho especial devemos assinalar a pouca experiência do conjunto de nossos quadros na realização dessas tarefas. Inclusive os membros da Seção do Comitê Central não dispunham de experiência para o desempenho de sua missão. Outro fator negativo, que colaborou também para as deficiências, foi a falta de entrosamento das atividades do trabalho especial com o trabalho militar. Em razão disso, deixamos de aproveitar um certo número de especialistas, que foram excluídos das forças armadas depois do golpe de 1964, apesar da grande carência de quadros qualificados para os vários misteres do trabalho especial.

CONTINUA...



Outro elemento nocivo, que prejudicou as atividades da Seção, foi o seu envolvimento excessivo em empreendimentos financeiros, quando não contávamos com quadros experientes e comprovados para a boa realização de determinados negócios. Em razão disso, tivemos alguns prejuízos financeiros, o que é mais importante, nos desviamos das tarefas normais estabelecidas para essa frente de trabalho.

Causa mais relevante e básica de muitas de nossas debilidades decorreu de uma certa capitulação ante as tendências "esquerdistas" que proliferaram e ainda se fazem sentir em determinadas áreas do Partido. Essas tendências "esquerdistas" levaram a uma visão deformada de nosso trabalho, provocando erros de monta em nossa atividade.

Cabe ainda colocar, como um dado negativo, o fato de nunca ter havido um correto relacionamento entre a Comissão Executiva e a Seção do Trabalho Especial. Jamais houve uma reunião da direção executiva do Partido com o órgão especializado do Comitê Central, e nem sequer o membro da Comissão Executiva, responsável pela frente, chegou a reunir uma só vez com a Seção. Criou-se, assim, uma situação profundamente anômala, origem de várias falhas de nosso trabalho. Por exemplo, muitos documentos elaborados pela Seção não foram aprovados pela C. Executiva e alguns que foram aprovados não foram encaminhados aos Comitês Estaduais. Principalmente a realização dos cursos sofreu com o trabalho totalmente desarticulado dentro do Comitê Central. Embora o Partido tenha recebido até com entusiasmo a promoção dos cursos sobre o trabalho especial, os mesmos foram suspensos há mais de dois anos, pela Comissão Executiva. Dificuldades de ordem material contribuíram para isso, mas a suspensão por um espaço de tempo tão longo não deixa de ser uma demonstração de desvio havido na aplicação da linha do Partido, conforme examinamos em capítulos anteriores.

Resumindo o balanço sobre o trabalho especial acreditamos que ele oferece um saldo positivo, que necessita ser devidamente valorizado. Demos uma colaboração importante à transformação do Partido no instrumento revolucionário exigido pelas circunstâncias atuais de luta de nosso povo. Mas os êxitos nessa frente verificaram-se exatamente naquelas tarefas vinculadas diretamente ao funcionamento de Comitê Central. Nestas, viu-se empenho para que fossem bem sucedidas. Acreditamos, pois, que se houver atenção do Comitê Central para o conjunto das tarefas do trabalho especial, na base de uma melhor compreensão de seu papel e de sua missão, poderemos, com toda certeza, alcançar êxitos ainda maiores, e avançar num ritmo mais acelerado.

CONTINUA...

6 - Medidas que sugerimos para impulsionar o trabalho especial

Na orientação do trabalho especial, devemos levar em conta que suas tarefas devem ser focalizadas de uma triplíce forma; existem tarefas para o conjunto do Partido; outras são apenas para algumas direções intermediárias; e, em terceiro lugar, outras correspondem exclusivamente a direção central.

Achamos que o conjunto das organizações partidárias deve receber uma Resolução que transmita a compreensão correta sobre o que deve ser o trabalho especial, partindo da visão acertada sobre o uso das formas de luta, de acordo com o estabelecido na linha do VI Congresso. Em segundo lugar, deve ser levado ao Partido um documento sobre autodefesa, que já se encontra pronto. Esse documento deverá ser transformado numa aula, para se dar de forma didática os ensinamen-tos a respeito da autodefesa, nos cursos a serem feitos nos próximos meses. Além disso, nos Comitês Estaduais e nos Comitês Municipais mais importantes devemos insistir na montagem do trabalho especial, iniciando-se com as medidas possíveis relacionadas com a aparelhagem específica dessa frente de trabalho. E essas organizações partidárias deverão ser orientadas para a formação de instrutores que possam ministrar as aulas de autodefesa nas organizações de base. Tais são as medidias prioritárias, absolutamente indispensáveis para um avanço efetivo de nosso trabalho.

Quanto ao Comitê Central, precisamos imediatamente reestrutu-rar a Seção e elaborar um plano de suas atividades. Face a sua importância, pelo menos quadros qualificados devem nela ser colocados.

Levando em conta as lições que nos foram dadas pelo que já fizemos, é forçoso que se resolva, no plano de direção, sobre o entrosamento entre o trabalho especial e o trabalho militar. Não é possível que suas atividades fiquem completamente desligadas, pois existe uma faixa de trabalho comum.

É necessário levar à prática a orientação anteriormente traça-da para o trabalho especial, restabelecendo com urgência as tarefas que foram interrompidas. No plano de trabalho, a Comissão Executiva deve fixar metas viáveis, tendo em vista os recursos que colocarã ã disposição da Seção. Um setor que necessitarã atenção é o que diz respeito à coleta de informações para o Comitê Central, sem o que a nossa atividade, no plano de segurança, é precária. Na estruturação do trabalho especial deveremos, via de regra, apelar para a técnica moderna. Para isso, é imprescindível a mobilização de quadros qualificados do ponto de vista técnico. E se estes não existirem no momento, é necessário que façamos planos para a sua formação, a longo prazo, no Brasil e no exterior.



PLANO PARA O TRABALHO ESPECIAL1/7/72 a 30/6/73OBJETIVOS

1. Restruir o Trabalho Especial nos Estados de maior concentração operária.
2. Atualizar e reiniciar a instrução do Partido para a luta armada.
3. Organizar o reinício da preparação de especialistas na fabricação de armas, explosivos e outros equipamentos.
4. Organizar o estudo continuado, sob os pontos de vista econômico, social, político, partidário e militar, das regiões passíveis de se tornarem teatro de luta armada de massas.
5. Iniciar o estudo e a organização planificada dos eixos fundamentais de comunicação do país, de modo a assegurar as ligações CC-CCEE em qualquer circunstância.
6. Manter ativas e atualizadas as vias de comunicação com o exterior e estudar a abertura de novas vias.
7. Iniciar o estudo das experiências internas de lutas de massas e choques armados contra a ditadura, e das principais experiências de luta armada de massas ocorridas no exterior a partir da II guerra mundial.

TAREFAS:

1. Reestruturar o T.E. nos Estados da Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Nesse sentido:
  - a. As direções estaduais designarão imediatamente seus Encarregados do TE e constituirão suas Seções até 31 de dezembro.
  - b. Providenciarão ao mesmo tempo para que os Comitês Municipais de concentração designem no mais breve prazo seus Encarregados do TE.
  - c. A Comissão Executiva apresentará na própria reunião do CC proposta para a constituição da Seção do TE e designará os especialistas militares necessários para a assessoria técnica da mesma.

CONTINUA...

2. Atualizar e reiniciar a instrução para a luta armada dos quadros e militantes do Partido, estruturando em dois níveis: elementar e avançado.

Instrução elementar - Será ministrada basicamente por escrito e se concentrará nas formas elementares de luta armada como a autodefesa. Nesse sentido:

- a. A Seção do TE o preparará, até 31 de dezembro, um manual para esta instrução acompanhado da orientação necessária aos instruendos.
- b. Até a mesma data a Seção preparará uma equipe de ORIENTADORES do estudo do Manual, na razão de 20 em São Paulo, 10 na Guanabara e 5 em cada um dos outros Estados.
- c. Até 30 de junho de 1973 devem ter recebido o manual e estudado a matéria, sob assistência dos ORIENTADORES, de 800 a 1000 quadros e militantes de base, assim distribuídos: São Paulo 300 a 400; Guanabara 150 a 200; Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul 100 cada um; Bahia e Pernambuco 50 cada um. Dessas cotas pelo menos 50 por cento devem ser distribuídos a militantes de base de empresa.
- d. A Seção do CC examinará a possibilidade de preparar uma versão do Manual para o campo, de modo a superar a barreira representada pelo analfabetismo reinante nos meios rurais.

Instrução avançada - Será ministrada no exterior, mediante acordo com partidos irmãos. O objetivo, o programa e as condições dessa instrução dependerão desses acordos. Nesse sentido:

- a. A Comissão Executiva promoverá entendimentos com os partidos em condições de nos proporcionar essa ajuda e providenciará para que, obtida a concordância, o Encarregado do TE trate objetivamente do assunto, de modo que já em 1973 uma primeira turma possa receber essa instrução.
  - b. A Seção do TE promoverá até 31 de março, junto aos Comitês Estaduais, um levantamento dos quadros e militantes em condições de fazer o curso avançado, de modo a poder constituir oportunamente a primeira turma.
3. Organizar a preparação de especialistas na fabricação de armas, explosivos e outros equipamentos. Essa preparação deve ser feita em dois níveis: artesanal e industrial. Nesse sentido:

Para o nível artesanal:

- a. A Seção do TE promoverá, até 31 de março, junto aos Comitês Esta-



duais, um levantamento dos quadros técnicos de grau superior e médio, dos operários especializados e dos artesãos mobilizáveis para o estudo e produção de protótipos de materiais artesanais e a preparação de outros especialistas em sua fabricação.

- b. A Seção elaborará, até 30 de junho, para ser incluído no próximo trabalho, um programa de preparação de especialistas artesanais, de elaboração de protótipos de materiais e de preparação das condições para sua oportuna fabricação na escala necessária, pelas organizações inferiores do partido.

Para o nível industrial - Tal como para o caso da instrução avançada, a formação de especialistas na fabricação de armas e outros materiais será feita no exterior. Nesse sentido:

- a. A Comissão Executiva promoverá os entendimentos necessários e providenciará para que, obtida a concordância, a Seção trate objetivamente do assunto, como no caso da instrução.
  - b. A Seção fará até 30 de junho, junto aos Comitês Estaduais, para levantamento dos quadros e militares que deverão receber essa formação especializada, de modo a poder constituir oportunamente uma primeira turma.
4. Preparar um programa de pesquisas, a serem executados por grupos de trabalho do TE do CC e dos CCEE, visando ao cumprimento do objetivo nº 4 deste Plano.
  5. Iniciar o estudo de itinerário opcionais para os eixos Rio - São Paulo, Rio - Belo Horizonte, Belo Horizonte - São Paulo e São Paulo - Porto Alegre, e o estabelecimento, neles, de pontos de apoio. Fazer um levantamento dos companheiros que sejam radio-amadores ou que tenham condições de sê-lo.
  6. Estudar as lutas estudantis de 1968 e da jornada de 26 de junho, na GB, e as lutas recentes dos flagelados no Ceará. Estudar as experiências das últimas lutas de massas da Argentina.

. . . . .

. . . . .

. . . . .

.

A T E N Ç Ã O:

O original deste documento (com **13** folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

Duro 8

226 79

R E C U R S O

D O C O M I T E U N I V E R S I T A R I O D A G U A N A R A R A  
A O C O M I T E C E N T R A L D E D E C I S ã O  
A D O T A D A P O R S U A C . E X E C U T I V A



Sobre uma opinião que nos coloca como conciliadores irresponsáveis

Estamos sendo chamados a discutir o seguinte problema:

A direção estadual havia tornado explícita, numa reunião nessa de diretoria, uma solicitação no sentido de que o Sam fosse desligado do setor a fim de assumir outras tarefas no clube, tendo em vista que ele já podia ser dispensado do trabalho no setor e que há necessidade de quadros qualificados para trabalhar em outras frentes. O sec., em consequência, colocou na ordem-do-dia da última reunião de diretoria esta questão.

Entretanto, pouco antes da reunião, o Sam foi convocado pela direção estadual para discutir a questão de sua saída do setor e de sua nova ligação. Após expor os fatos relativos à sua queda e ao seu comportamento, foi-lhe dito que, em vista do que ele havia dito - e que era uma verdadeira surpresa para a direção estadual - a discussão não poderia prosseguir: a gravidade do mau comportamento, conforme ele mesmo relatara, era tal que não havia sentido em discutir a sua futura ligação, tornando-se necessária uma reunião da direção estadual para examinar o assunto.

Posteriormente, externou a direção estadual a opinião de que não havia condições de designar o Sam para qualquer cargo de maior responsabilidade orgânica, sendo necessário, mesmo, que ele fosse desligado da direção do setor para iniciar um processo autocrítico em relação ao seu comportamento.

O que se depreende disso? Que os conclaves de 1970 e de 1971, ao elegerem o Sam para a direção do setor, agiram erradamente. Conciliaram, foram irresponsáveis, não deram o encaminhamento justo ao problema. Que deveriam, ao invés de tê-lo eleito para a direção, deixá-lo afastado desta. E mais: que não foi desenvolvido um processo crítico e autocrítico envolvendo o Sam, em função de seu comportamento. Isto é o que está implícito na opinião da direção estadual.

Entretanto, segundo eu bem me recordo, este assunto foi colocado e discutido nos dois conclaves, presentes, a ambos, representantes das direções estadual e nacional. Lembrou-me também de que estes representantes, altamente responsáveis em função dos organismos que representavam, não colocaram nenhuma objeção à decisão dos delegados. Em dois anos transcorridos desde o primeiro conclave, não me consta que tenhamos recebido qualquer opinião ou algo semelhante relacionada ao problema, a não ser agora.

Aparentemente, pedir-nos explicações. Na minha opinião, porém, nós é que devemos pedir explicações. Por exemplo: como se explica que a direção estadual, designada pela direção nacional para atuar num Estado profundamente atingido pela repressão, tenha manifestado surpresa ao tomar conhecimento do que o Sam relatou sobre sua prisão e seu comportamento? Será que a gravidade dos problemas de segurança ~~quaxjux~~ com que se justificou o processo de afastamento dos remanescentes da antiga direção estadual





Os problemas das quedas e dos comportamentos têm uma profunda ligação com a luta política (isto é claro: a repressão não é uma "aplicação da lei" e sim uma arma política, usada para influir nos rumos da luta política, como a própria lei, usada como instrumento de dominação da classe). Eu, pessoalmente, vinculo a própria queda do Sam e o seu comportamento à situação política que enfrentávamos na época. Foi porque o AI-5 e a vinda do Rockefeller impediram por duas vezes a realização do conclave, porque não havia mais diretoria, porque o sec. da época - encabeçado pelo Sam - ainda não havia conseguido romper a muralha das dificuldades e estava realmente muito embananado, e porque o MU estava apavorado, asfixiado, apático, perplexo - e o clube idem - foi por estas razões, essencialmente, que o Sam deixou-se prender e sua atuação na cadeia (a cadeia é sempre uma das alternativas de atuação do militante) foi errada e negativa. (Eu disse essencialmente porque há a considerar, também, a questão do liberalismo. Mas eu ainda prefiro, a considerar o liberalismo em si como um dado, considerá-lo como resultado do tipo de embananamento que nos afligia na época, como uma área específica atingida por este embananamento).

O que ninguém contesta, nunca contestou um minuto sequer, foi que o comportamento do Sam - como o do Leo, do Hugo, do Menge e dos outros da Eng - tenha sido errado e injustificável, objetivamente de colaboração com o inimigo de classe. Como foi dito no conclave de 1970 e em todas as ocasiões em que o assunto foi afluado, estes camaradas erraram profundamente - política e ideologicamente - nos episódios de suas prisões.

Agora, sempre é necessário avaliar o grau do erro, da vacilação. Mas, de fato, eu acho que isto não é o que está em discussão neste momento. É um assunto que já foi competentemente discutido, o que não impede que seja rediscutido, é claro. Mas, para mim, a única coisa nova que pode ser introduzida nesta discussão específica é o conceito de que todos os que têm comportamento ruim na prisão têm que ser punidos. Este é um conceito que eu nunca tinha ouvido. Pode ser que, modus in rebus, seja justo. Mas acho que não se insere necessariamente no contexto da crítica e da auto-crítica. O que é mais importante é a gente analisar estes fatos dentro do quadro mais geral da luta revolucionária, da luta de classes: a reação foi lá e apanhou um homem nosso, tirou-o da atividade, através dele quis saber mais coisas, quis também arrancar dele o máximo que pudesse comprometê-lo, a fim de poder mantê-lo afastado o maior tempo possível; além disso, quis desmoralizá-lo, humilhá-lo, fazê-lo perder a confiança em si próprio e fazer com que os outros perdessem a confiança nele. Concretamente, fez o possível (ou o factível) para, através desse homem, ampliar a área de defecção, para inutilizar na maior extensão possível a máquina partidária e seus instrumentos de ação política, e para afastar o homem, tanto quanto possível, de seu posto de combate.

Qual deve ser a nossa atitude diante disso? Uma atitude formal, limitada, mecânica, da qual esteja ausente uma concepção política em senti-

do estrito? Não. Acho que, em primeiro lugar, devemos analisar quais os danos concretos, qual a extensão dos prejuízos causados, para tomar as medidas compatíveis. Depois de resolvida esta parte (ou encaminhada) analisar especificamente qual a participação, do homem que caiu o falou ou admitiu coisas, na imposição dos prejuízos: se ela é de tal gravidade que o incompatibilizo definitiva ou temporariamente com o clube, ou seja, se a reação conseguiu destruir o homem (ou se as circunstâncias da prisão fizeram o homem revelar o grau de sua fraqueza) - de qualquer modo, se a conclusão prática a tirar é a de que o homem não serve mais (ou não está servindo) e, portanto, deve ser expulso (ou afastado temporariamente). Ou, então, se é possível (necessário sempre é) iniciar um processo de crítica e autocritica envolvendo o homem, a fim de que ele retorne o mais rápido possível ao seu posto de combate, sem que isto seja negativo para o clube (o que não teria o menor sentido) mas, é claro, a fim de restituir-lhe, depois de um hiato e prejuízos, aquilo que a reação tentou roubar-lhe.

Farecc-me que foram ponderações desta ordem que orientaram a discussão, há quase dois anos, do problema do Sam, se não em toda a sua extensão (isto só poderia ser feito depois que ele salsse da prisão) pelo menos no que se relaciona com as conclusões práticas (reconduzi-lo ou não à direção).

Veja-se bem que eu não entro no campo das circunstâncias, da situação em que houve a queda, da preparação que havia sido proporcionada ao homem para enfrentar o problema e se o grau em que a repressão se deu foi particularmente violento. Considerações desta ordem não podem pesar quando se trata de decidir se um comportamento foi bom ou ruim; nem de decidir se uma medida radical de preservação do clube deve ou não ser adotada; isso acabaria resultando numa completa turvação dos critérios, em seu embotamento, em seu uso oportunista, eventualmente. E, como "a herança das gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos", acabaria havendo, à luz de exemplos errados ou falsos, a subversão total destes critérios, o que significaria um grande prejuízo para o clube, que ficaria despreparado para enfrentar os golpes do inimigo, inclusive do ponto-de-vista político. Não se trata, portanto, de adotar uma atitude conciliatória. Trata-se de examinar - e sobre este exame decidir - o que mais convém ao clube.

Isto é que foi, então, colocado na balança. Cobia expulsar o Sam? Não. A reação, de fato, não conseguiu isto (como conseguiu, sem grande esforço, no caso de S.P.). Cobia suspendê-lo? Também não: a grande suspensão já estava sendo imposta pela reação, o nosso problema era saber quando o Sam ia voltar. Cobia, porventura, mantê-lo fora da direção? Ainda aqui a resposta é não. Ao contrário, o que mais convinha ao clube no setor - e, no caso do Sam, eu diria mesmo que no plano estadual - era usar a possibilidade de derrotar politicamente a reação, reafirmando a confiança na sua capacidade de, trilhado um caminho autocritico, voltar a integrar a direção, onde teria um papel muito importante a desempenhar.



O passo autêntico era importante? Claro, e por várias razões, a sua demonstração prática foi a resistência inicialmente exercida pelo Soue em proporcionar-lha uma instalação em lugar seguro, posteriormente concedida (como na verdade nos casos de Hugo e Louço que saíram da prisão velando, inadvertidamente, que o seu comportamento de admitir coisas tinha sido mais ou menos igual ao do clube de Novais, porque isto acabou ficando preso longos meses e aqui os sabemos logo). Hoje, os dois reconhecem que estavam errados e que o comportamento que interessa ao clube é a resistência (na total a qualquer tipo de colaboração com o inimigo).

226 79

Assim, neltenho a falta da vinculação do comportamento com a política que se desenvolve (sem esquecer que o nível ideológico que se tem — de ângulo da luta, de doses e forte decisivo em questões de comportamento — não é finita, não se redimemita sem o apoio de uma compreensão lúcida sobre certos, cotidianamente, se expressam na vida política as contradições entre exploradores e explorados).

De fato, só posso atribuir a uma compreensão desta ordem a resistência a falar coisas que fossem a novos presos ou que fossem conhecidas a direção do setor. Sei que a grande preocupação do Soue é de não ser preso, na o comitê. Felizmente, eles fizeram jus a essa preocupação. Não preciso explicar as razões da preocupação com o comitê e com presos, fotos ou organizações descontentes da reação. Felizmente é intuitivamente perguntar porque eles conseguiram resistir neste sentido (coisa que não aconteceu, ao que se saiba, em nenhum dos outros setores da G.D. onde houve quedos na direção).

Analiquemos a situação: ao longo, estes dois temperamentos tinham que irar-se por momentos de crises de seus vidos; sabiam que havia "fúria" da razão, que o destino imediato do setor dependia de seu comportamento, assim como, consequentemente, seus próprios destinos. "O destino do setor e seus próprios destinos". Por que? Porque sabiam que um comportamento de "entrega" esfermoria prescitos: aos olhos do clube? Sim, é doloroso isto não era tudo; não era nem mesmo o principal. Eles dedicavam seus vidos a esta militância. Militância por uma coisa, queria com seu "estar no mundo". Não uma militância covarda, na direção de um setor concreto que aplicava uma política concreta. Foi a construção disso que eles lutaram para evitar. Foi uma guerra uma política desenvolvida, nos aspectos que a infernizava, no que isto representa para vidos cujos factos, que eles se recusaram a trair. Esta seria a grande traição que eles se impunham. Não acredite que a consciência do repúdio de que seriam objeto fosse (ou seja, em geral) motivação bastante para resistir. Isto não tem impedido que grandes quadros tenham proquefado, quando a política não está clara em seus cobras (é verdade, é verdade; estes homens não eram realmente grandes quadros — mas principalmente por causa de suas incorporeições político-ideológicas, que os fizeram proquefar).

Frequentemente, pensando sobre estes problemas, uma reflexão se impõe: que coisa importante esta presença do comitê! De que desgracia nós inoponamos! Este sentido, digamos e refitamos, estes comportamentos merecem a nossa confiança: é sólida, de fato, esta nossa formação que se nutre da ação política. Que motivos.



mas existe de qualquer forma explícita, por exemplo, o comportamento de um bil (lei Euboidica), que sempre ocorre à confiança, embora a decisão bilta é não admitir em bons condições subjetivas na prisão? Por que ele não "induzir o erro"?

Para mim, esta posição do comité é o ponto central que sempre suscita a série de reflexões sobre estes fatos.

Finalmente, ~~se~~ alega-se que a permanência do Sém é um risco à segurança do texto, porque "é só pelo uma vez e pode ser novamente". De fato, subscrito à "fortuna", ele valeu uma vez. Mas, de que serve o passo autêntico se não para corrigir as debilidades ideológicas que permitiram o meu comportamento? O erro uma vez cometido impõe uma "folta" de confiança definitiva e irreversível na pessoa que errou?

Dus a quem diz: "foreu uma vez, pode falar novam-  
ent", eu respondo: "nõ entregou o comitê meu rão  
que a vocs discutisse, pode fazer isto novamente."

Sinceramente, eu digo: fora disto, fora da discussõ  
responçal e seu "povo quentes" que trancou, fora  
de prãse mitificãõ objetivamente avaliãvel, de  
"Dus" sobre "Dus" eu nõs quomodo usomõs nosso  
direito de voto para decidir alguma coisa...

Tôrres



SÓBRE UMA OPINIÃO QUE NOS  
COLOCA COMO CONCILIADORES IRRES-  
PONSÁVEIS.

Tórres



1. Os estatutos do Partido prevê a reabertura de discussão sobre assunto de respeito do qual já se tenha tomado decisão. A reabertura de discussão pode ser determinada tanto pela organização ou órgão dirigente que tenha tomado a decisão, como por órgão dirigente superior. Trata-se de um dos aspectos fundamentais do centralismo e do coletivismo.

No caso concreto, o erro de Samuel se justifica plenamente. A atual direção estadual considerou, diante das informações do próprio camarada Samuel, que o erro de comportamento do camarada na prisão apresentava gravidade maior do que a até então admitida. E que o reconhecimento dado antes no caso não havia correspondido a essa gravidade e não levado em conta norma de segurança aplicável em tais situações. Por outro lado, deve-se ter em vista que foi apenas iniciado e está, portanto, em curso o processo de análise das numerosas e importantes quedas sofridas pelo Partido no Estado, do comportamento dos camaradas presos (em muitos casos condenável), dos ensinamentos que esses fatos encerram. Não se trata, pois, de questão especificamente circunscrita a uma organização ou órgão dirigente, mas de interesse geral do Partido na ~~Secretaria~~ Guanabara.

2. Entre os primeiros deveres do militante comunista está o de "velar pela segurança do Partido, não revelar seus segredos e comportar-se com firmeza diante do inimigo de classe". Pode-se dizer que é unânime a opinião de que o camarada Samuel não cumpriu, quando preso, esse dever. Ele errou. Mas, na apreciação e caracterização do erro surgem manifestações diversas. E se nota uma tendência a ~~suavizá-lo~~, chegando-se até a conclusões de exaltação do comportamento do camarada na prisão.

Isso acontece quando, ao examinar os fatos e avaliar o erro, coloca-se como centro de interesse e ponto de decisão a circunstância de que o camarada "preservou o Comitê" e ~~se~~ "não prejudicou a organização a que estava ligado", recusando-se, assim, a traír, e sendo, por isso, merecedor de confiança.

Deixamos de lado possíveis elementos de "setorismo" no raciocínio, os quais levariam a considerar como prejudicial ao Partido apenas aquilo que afetasse o próprio Comitê e a não atender para as consequências que atingissem o conjunto da organização partidária. Deixamos também de lado o unilateralismo do raciocínio, que vê as consequências do comportamento do camarada (não entregando o Comitê) apenas no terreno exclusivo da estrutura orgânica (sem dúvida importante, mas não o único) e deixa de encarar as consequências desse comportamento, para o próprio Comitê e para o conjunto do Partido, no terreno, igualmente básico, de sua formação ideológica. Cuidemos de outros aspectos.

Não se discute se o camarada Samuel é ou não um traidor. Não se trata de expulsá-lo do Partido. Também não se discute se o camarada merece ou não confiança. A decisão de reintegrá-lo na atividade partidária, após a saída da prisão, é em si mesma uma prova de confiança. O problema que se apresenta é o da natureza e gravidade do seu erro e das consequências que daí decorrem.

Qual o fato principal? São palavras do camarada Samuel: "quando fui preso (em setembro de 1969), fiquei diante de uma situação inesperada: a repressão tinha conhecimento de praticamente tudo que fôra feito no seio de 1963 até 1968. Devo observar que nos primeiros dias, quando fui submetido a violências, mantive-me firme. Só mais tarde, quando me entregaram o depoimen-



in, é que me resolvi a assiná-lo." Acrescenta-se que esse depoimento, preparado pela polícia, contém informações sobre camaradas do CP, do CP da Guanabara e do CC. E leve-se em conta que não se trata de um membro inexperiente do Partido, mas de um quadro dirigente de nível estadual.

Não vem ao caso dizer-se que o documento só continha informações do conhecimento da polícia. Não cabe a apreciação de que o camarada "preservou o Comitê". O concreto é que o camarada, algum tempo depois de ter sido submetido a violências, concordou, numa demonstração de fraqueza ideológica, em assinar um depoimento (obviamente contra o Partido) preparado pelo inimigo de classe. É um ato de capitulação e objetivamente de colaboração. É este o erro que deve ser criticado, condenado, combatido, com o rigor proporcional ao fato de se tratar de um quadro dirigente. Será na medida em que seubermos ter uma posição de intransigência ideológica (e não de conciliação) diante dos erros dessa natureza que educaremos os militantes para uma atitude de firmeza frente a reação. Caso contrário, seria contribuir para que proliferassem concepções errôneas, capitulacionistas, que desarmam ideologicamente o militante diante da violência, das manobras e das ciladas do inimigo.

3. É necessário considerar a situação existente na Guanabara. Não foram poucos os casos de mau comportamento na prisão. E são correntes concepções que procuram justificar e até mesmo apresentar como corretas atitudes de capitulação diante da polícia. Uma delas é exatamente a de que se torna mais vantajoso para o Partido confirmar o que a reação já sabe e ser posto em liberdade do que negar-se a essa colaboração e continuar prêso. O combate, sempre indispensável, aos erros de falta de firmeza diante do inimigo e a concepções errôneas sobre esse comportamento passa a adquirir, nessas condições, importância maior. O desenvolvimento da luta ideológica -- com o exame sereno e atento de cada caso concreto, a fixação de critérios precisos e a adoção das medidas correspondentes, a generalização das experiências e a transmissão ao conjunto partidário dos ensinamentos daí resultantes -- constitui aspecto fundamental do processo de rearticulação, ativação e fortalecimento do Partido no Estado, sob todos os aspectos e em todos os níveis.

4. Ainda na prisão, o camarada Samuel enviou sua opinião sobre o encaminhamento a ser dado pelo Partido ao seu caso. Essa opinião é hoje relembrada por ele assim ("Carta aos camaradas da Comissão da GD"):

"...logo que pude medir a extensão do meu erro, mandei minha opinião sobre o encaminhamento a ser dado pelo Partido ao meu caso. Achava que devido à responsabilidade da minha função e à confiança que o Partido (tanto nas bases quanto as direções superiores) depositava em mim -- justamente por isso -- a minha experiência deveria ser transformada em experiência coletiva e o meu caso em um elemento para educar o Partido. Assim propunha que:

1º) Não deveria ser reconduzido a cargos de direção;

2º) Não deveria voltar para o setor universitário, pois isso implicaria num sério problema de segurança, uma vez que eu estava localizado neste setor;

3º) O Partido deveria indicar a forma, o local e o momento no qual eu deveria trilhar o meu processo autocrítico, uma vez que ainda me considerava de algum modo apto a servir à luta revolucionária (pela minha juventude, pela minha experiência, etc.)."

Esta opinião foi, sem dúvida, autocrítica, sensata e acertada. Não se se

gata, entretanto, o encaminhamento nela indicado. Mantendo-se o camarada no CU, seguiu-se, com a responsabilidade também da C.Ex. do CC, um encaminhamento conciliatório com o erro, contrário às normas de segurança, prejudicial ao desenvolvimento do processo crítico e autocrítico. E como se coloca hoje o problema?

Dois questões principais e interligadas podem ser destacadas: a da autocrítica e a da segurança.

É certo que a atividade desenvolvida pelo camarada Samuel à frente do CU, na fase posterior à prisão, apresenta aspectos positivos de mérito. E possui elementos concretos de autocrítica. Por isso mesmo o exame de sua situação, como quadro do Partido, não pode agora ser feito nos termos que se apresentavam logo após sua saída da cadeia. Entretanto, o encaminhamento dado ao caso, com a recondução ao CU, constituiu-se em estorvo ao desenvolvimento da autocrítica e em fator de limitação de seus efeitos, tanto do ponto de vista individual como coletivo. Isso principalmente porque a recondução não correspondeu a uma correta avaliação do erro de comportamento na prisão e desprezou norma de segurança seguida em casos semelhantes. Note-se que, na reunião em que o CU reabriu o debate da questão, manifestaram-se interpretações que iam para minimizar o erro e que tendem a exaltar o comportamento.

No que diz respeito à segurança, nenhuma alteração houve. O problema persiste, isto é, o camarada Samuel continua num setor e numa função que a polícia conhece. Descumpre-se, assim, uma norma comumente seguida. É sabido que, sempre que possível, camaradas localizados pela reação são transferidos do local, frente, órgão ou organização em que atuavam. Isto mesmo no caso de camaradas que não tenham sido presos. Isto mesmo no caso de camaradas que, tendo sido presos, tiveram um comportamento exemplar. Há vezes em que, no interesse do Partido, determinados quadros são transferidos até para o exterior devido às condições políticas do país. Trata-se de uma norma de segurança nascida da experiência internacional do movimento comunista e que nosso Partido tem aplicado com êxito. Trata-se de defender a organização e os quadros, de dificultar ou impedir a ação do inimigo.

No caso do camarada Samuel, sua transferência era e é ao mesmo tempo possível e necessária, tanto do ponto de vista da autocrítica como do ponto de vista da segurança. Não se pode, evidentemente, alegar que o camarada seja insubstituível no Comitê. Com a transferência do camarada para outro órgão ou organização, a polícia perde o conhecimento que tem sobre a atividade que o camarada desenvolve, sobre a organização em que atua. Além disso, o camarada encontrará, noutro órgão ou organização, condições para aplicar sua experiência e capacidade em setor diverso do Partido, para enriquecer, ao mesmo tempo, a experiência que possui, para avançar no processo autocrítico e de sua formação como quadro.

5. A C.Ex. do C.C. acompanhou, desde o início, a questão da prisão e do comportamento do camarada Samuel, bem como os demais problemas ligados às questões numerosas e importantes sofridas pelo Partido no Estado. Tem feito, a propósito, um esforço autocrítico, procurando contribuir no sentido de que o Partido chegue a conclusões acertadas na apreciação dos fatos, combata os erros e deficiências que se manifestaram, mobilize suas forças e desenvolva sua



-4-

atividade, fortalecendo-se orgânica, política e ideologicamente. A opinião  
transmitida neste documento deve ser vista como parte desse esforço autocrítico.

A Comissão Executiva do Comitê Central

Abril de 1972.

RECURSO AO CC - PEDIDO DE REVISÃO DAS MEDIDAS TOMADAS EM RELAÇÃO AO CASO S PELA COM.GB E PELA CEX. DO CC

Camaradas

Em função de problemas operacionais, restou, ao Cuni-GB, escasso tempo para a elaboração deste recurso. Assim, dispensamo-nos de historiar mais uma vez os fatos, que, se ainda não são do conhecimento pleno de todos os integrantes da direção nacional, certamente ficarão sendo com os informes que serão prestados por sua Cex.

O que consideramos importante, nestas circunstâncias, é fixar nossa opinião sobre o desenrolar de todo este processo, desde a sua origem, mas principalmente desde o momento em que o caso foi reaberto pela ComGB e remetido para discussão à CEX do CC.

Nossa opinião sobre as decisões adotadas pela ComGB — sustar a transferência do camarada S para outro setor do Estado; depois solicitar ao Cuni a rediscussão do caso; e, finalmente, aprovar uma resolução determinando seu afastamento do setor univ. da GB — foram expressas nas resoluções adotadas por este organismo em 27/11/1971 e em 13/5/1972, que enviamos em anexo.

Dado que a resolução da ComGB é estritamente administrativa, isenta da manifestação de uma opinião, centraremos nossas considerações sobre o documento emanado da CEX do CC, que tem o título de "Sobre a transferência de um camarada do CU da GB".

Da atenta leitura de seu texto, não se conclui que se trate de uma resolução, mas sim de um documento de caráter opinativo, embora endossando a opinião que, segundo todas as evidências, serviu de base à resolução da ComGB. Não obstante esta característica do documento, a delegação da CEX do CC presente à reunião do Cuni negou-se a atender à solicitação de que a discussão prosseguisse em nova reunião. Entendeu ela que se deveria proceder à aplicação imediata da resolução da ComGB, ressalvados apenas os prazos necessários à operação burocrática de transmissão das responsabilidades no Cuni.

Ficou explícito, portanto, que à ComGB cabia competência para intervir no Cuni e remover quadros. Não é isto, porém, o que estabelece o Estatuto do p.

As únicas disposições estatutárias que guardam alguma semelhança com a medida em tela são as que atribuem ao CC, exclusivamente, o poder de "tribuir os quadros do p." (artigo 33, alínea e). Como já vimos, a CEX deixou de assumir a responsabilidade de adotar medidas concretas — e não para "submeter ao CC as questões que são de competência exclusiva deste" (artigo 37, alínea b), mas, na prática, para endossar a posição da ComGB.

No caso em questão, o que se verificou não foi o CC assumindo sua responsabilidade de direção para "distribuir os quadros do p.", mas uma intervenção num organismo eleito para remover um de seus membros. Entretanto, em nenhum trecho do Estatuto confere-se a qualquer organismo este poder. Pelo contrário, o artigo 9º, alínea b, estatui: "Todos os órgãos e cargos dirigentes do p. são preenchidos por eleições, através de votação direta dos membros do p. ou de delegados por estes eleitos, e podem, pela mesma maneira como foram escolhidos, ter os seus mandatos a qualquer momento revogados" (grifos nossos). Se o Estatuto afirma que é "pela mesma maneira como foram escolhidos", entende-se que deve ser pela mesma maneira e não por qualquer outra.

Mesmo no caso de medida disciplinar — e todos foram unânimes em afirmar que não era o caso —, esta só poderia ser "decidida e executada pela organização a que pertence" o militante (artigo 8º). Só cabe intervenção em caso de infração cometida por organização ou órgão dirigente do p. (artigo 16 e seus parágrafos).

Ficou configurado, portanto, um caso evidente de abuso de autoridade, visto que a ComGB adotou uma medida que o Estatuto não lhe faculta. Queremos deixar claro que não consideramos anti-estatutária apenas a adoção de medida desta natureza (intervenção para remoção) pela ComGB, mas por qualquer órgão dirigente do p., inclusive o CC ou sua CEX. A medida, da maneira como foi tomada, representa objetivamente uma intervenção "branca" no Cuni-GB, à margem do Estatuto. Esta é a nossa razão de princípio, em torno da qual nos batemos, certos de estarmos defendendo, em toda a sua integridade, a estrutura leninista de organização.



## Camaradas

Ao apresentarmos a questão deste ponto de vista, não estamos pretendendo escamotear a questão do mau comportamento, da "natureza e gravidade do erro e das conseqüências que daí decorrem", que, segundo o documento da CEX, é a questão principal.

Para nós, porém, este não é o fato principal hoje. Quando era precisamente o fato principal — no Cuni, em out/1969, e na VI Conf. Univ., em fev/1970 — foi enfrentado de maneira responsável, levando-se em conta os superiores interesses da preservação do p. e de seus quadros, e da educação destes. Nestas ocasiões, não manifestamos nenhuma "tendência a suavizar o erro" ou a "exaltar o comportamento" do camarada S, nem pensar sobre nossas decisões "possíveis elementos de 'setorismo'", como insinua o documento da CEX.

A propósito, não estamos afirmando que não existam, em absoluto, elementos de setorismo em nossa organização. Eles existem, em certa medida, mas como fruto do isolamento a que historicamente se viu relegado o setor univ. da GB, cujas sucessivas direções, entretanto, sempre combateram esta tendência, procurando inculcar nos militantes a visão mais ampla do p., ao mesmo tempo em que exigiram reiteradamente que o órgão dirigente máximo do p. descesse de seu pedestal e mantivesse um relacionamento mais estreito com nosso setor (este esforço chegou a surtir efeito, em 1971, com a realização de palestras, num rico processo que, infelizmente, foi interrompido).

Quanto à afirmação de que transigimos com o erro, a história do Cuni-GB é expressiva demonstração de que isto não acontece. Nosso organismo, no curso de sua história recente, tem se formado em meio a intensa luta ideológica contra concepções não-leninistas e não-proletárias, quer as veiculadas por grupos da pequena-burguesia radicalizada, quer as que resultam da influência ideológica das classes dominantes.

Consideramos apenas que a questão do comportamento não se esgota em constatar se o comportamento foi bom ou mau, em elogiar aquele ou punir este. A menos que se trate de uma traição, a tarefa partidária consiste em reabsorver cada quadro que sai da prisão, arrancando-o à influência que a reação logra obter sobre sua disposição ideológica através dos métodos de tortura física e psicológica, ou, nos casos em que esta influência não se exerceu ou foi imediatamente superada pelo quadro, criando condições para que ele possa retomar plenamente suas atividades, a despeito de ter sido preso. Mas o problema não se situa apenas depois de acontecerem os fatos. Há toda uma situação anterior na qual o p., pela sua ação e pelo seu exemplo, educa o militante e o prepara para enfrentar a prisão. A não ser que se considere válida a opinião expressa pela delegação da CEX no sentido de que a medida a ser adotada no caso S evitará, exemplando, futuros acontecimentos dessa natureza.

O documento da CEX afirma que "duas questões principais interligadas podem ser destacadas: a da autocritica e a da segurança" e, em torno desses pontos, centra sua argumentação para justificar a transferência do camarada S como sendo ao mesmo tempo "possível e necessária". Quanto à questão da autocritica, consideramos que ela vem se desenvolvendo com excelentes resultados há mais de dois anos, e que a transferência do camarada S em nada poderá contribuir para aperfeiçoar o processo, como é evidente, a menos que, onde se escreve "autocritica", se deva ler "punição".

Quanto à segurança, sempre julgamos que teríamos condições de manter o camarada S na clandestinidade. Todas as medidas necessárias à preservação da segurança do setor, do Cuni e do partido em geral foram tomadas levando-se em conta esta contingência. Julgamos ainda que, no decurso desses dois anos, as condições de segurança para a permanência do camarada S melhoraram, haja vista que a repressão não renovou, desde então, suas informações sobre o mesmo.

## Camaradas

O processo em curso, ao que podemos concluir, é de natureza ideológica e não de natureza política, em que o cumprimento ou não de uma resolução levasso à quebra da unidade de ação do p.

Logo, ele reclama a utilização máxima dos métodos de persuasão, de convencimento, e não o exercício de métodos impositivos, necessariamente

-3-

radicais.

Infelizmente, não é isto o que está acontecendo. Não se desdobrou um esforço no sentido de convencer o Cuni da justeza das medidas propostas, embora, à luz da resolução da ComGB e do documento da CEX, se deva inferir que o Cuni padece de deficiências ideológicas graves, que teriam-no feito sustentar ao longo de mais de dois anos sua posição sobre o caso S.

Após ter sido reaberto, por solicitação dos organismos superiores, em out/71, o caso foi discutido em uma única reunião do Cuni, passando-se cinco meses sem que o assunto fosse novamente discutido ou sequer referido. A última reunião que o abordou foi destinada à comunicação da resolução da ComGB e à leitura e discussão do documento da CEX, que nem mesmo chegou a ser mostrado aos membros do Cuni antes da reunião, sob a alegação de que o episódio estava "envolvido em fofocas".

Nós não nos sentimos absolutamente satisfeitos com esse método de resolver os problemas ideológicos do p. com soluções meramente administrativas. Não podemos concordar com a afirmação de nosso atual assistente de que a ComGB sustentou uma "longa discussão" com o Cuni, nem nos contentar com a afirmativa da ComGB declarando que "não foi convencida pela argumentação do Cuni". Esta definição de "longa", no caso de uma discussão como a que se travou, só realça que elementos de pressa pequeno-burguesa talvez ainda se façam presentes na vida do p. com intensidade maior do que a esperada. A outra afirmativa é rigorosamente uma inversão, na medida em que cabia e cabe à ComGB convencer o Cuni e não o contrário.

Queremos chamar a atenção para esta questão: na raiz do problema estaria não apenas uma eventual divergência de posições sobre um caso, mas toda uma concepção de partido. Ora, a perspectiva de que isto de fato possa estar ocorrendo nos preocupa seriamente, e seria leviandade passar ao largo da questão, como se houvésemos sido vencidos pela inexistência de uma tradição de discussão ideológica no p., pela falta dessa prática, ou mesmo em face da radicalidade da medida comunicada pela ComGB. E a questão é tanto mais intrigante porque, em todo o seu relacionamento com o Cuni até aqui, a ComGB tem aprovado, praticamente sem restrições, a conduta desse organismo, quer no que tange às questões políticas, quer no que se vincula ao trato dos problemas orgânicos ou no que se liga à luta ideológica. Seria efetivamente uma grande surpresa constatarmos que, ao lado dos elogios e estímulos que temos recebido para continuar desenvolvendo nossa atividade setorial, havia uma omissão quanto a questões de cunho ideológico.

Nós estamos dispostos a sustentar nosso interesse pelo esclarecimento de todo o problema. É a mesma disposição que esperamos ver manifestada pelo CC, e que, levada à prática, só poderá contribuir para o fortalecimento do p.

A interrupção do processo de discussão, hoje, no ponto em que ele se encontra, longe de ser benéfica para o Cuni, pode acarretar sérios prejuízos à formação dos quadros dirigentes do setor univ. da GB e, por extensão, de todo um contingente de centenas de jovens militantes.

#### Camaradas

A CEX, em seu documento, afirma que "acompanhou desde o início a questão da prisão e do comportamento do camarada S, bem como os demais problemas ligados às quedas numerosas e importantes sofridas pelo p. no Estado" e que "tem feito, a propósito, um esforço autocrítico, procurando contribuir no sentido de que o p. chegue a conclusões acertadas na apreciação dos fatos, combata os erros e deficiências que se manifestaram, mobilize suas forças e desenvolva sua atividade, fortalecendo-se orgânica, política e ideologicamente. A opinião transmitida neste documento deve ser vista como parte desse esforço autocrítico."

O Cuni-GB saúda esta disposição autocrítica da CEX, mas não pode deixar de afirmar que ela se tem revelado insuficiente, tanto no que diz respeito ao caso concreto em pauta quanto no que se refere aos problemas que o p. enfrenta no Estado e em geral.

Isto porque:

1. não leva em conta o exemplo que sempre se transmitiu a partir das direções superiores:

— de liberalismo (na reunião do Cuni, a delegação do CEXCC, inadvertidamente, esteve a ponto de revelar a origem familiar do camarada



-4-

S, que ela julgava ser "naturalmente" do conhecimento de todos os presentes; na primeira reunião a que compareceu, nosso atual assistente, desavidadamente, chamava o cam S por seu nome verdadeiro, talvez julgando que todos os presentes o conhecessem — citamos só dois casos, recentes, relacionados com a identidade do camarada S e envolvendo dois camaradas dirigentes que são justamente protagonistas dessa discussão; mas, evidentemente, poderíamos estender esta relação de episódios de cotidiano liberalismo "ad infinitum");

- de não-observância dos princípios que devem reger as relações entre dois organismos (e aqui basta citar os episódios de intromissão da antiga SJ na vida do Cuni-GB, embora não sejam os únicos).
- 2. Não se baseia na inexistência de uma política de educação, formação e seleção de quadros desenvolvida pelos organismos dirigentes, na ausência de qualquer orientação concreta para a luta ideológica, na ausência do próprio CC, enquanto direção, na vida do p. (falta de direção concreta).
- 3. Não se aprofunda, nem traz ao conhecimento do p., na análise do conjunto de fatos que envolveram as quedas na GB, que se desdobrarão, necessariamente, na análise das causas dos casos de mau comportamento e, o que é mais grave, dos casos de camaradas que, apesar de terem tido bom comportamento, abandonaram a militância revolucionária após terem sido soltos.

#### Camaradas

O Cuni-GB, por intermédio do presente recurso, PROPÕE:

- 1. Que o CC reconsidere a posição tomada pela ComGB e endossada pela CEx, e mantenha o camarada S no Cuni até que a própria organização partidária nesse setor o dispense. Que o CC se manifeste, igualmente, sobre os casos de militantes do setor univ. da GB que passaram pelos cárceres da ditadura, particularmente os que integram sua direção, a fim de que questões similares à que agora é enfrentada sejam desde já dirimidas.
- 2. Que o CC analise a atividade do Cuni-GB e, se verificar a existência de graves deficiências políticas e ideológicas, venha discutí-las franca e abertamente, com o objetivo de fazer avançar o processo de nossa formação.
- 3. Que o CC assuma de forma autocrática a responsabilidade pelas lacunas em nossa formação ideológica.
- 4. Que o CC demonstre que o Cuni-GB ainda pode gozar da confiança dos organismos superiores, para, dentro da linha política do p. e de seus princípios de organização, conduzir a luta política e ideológica no setor, sem que se eliminem a necessária crítica e autocrítica e a constante troca de opiniões e experiências.

(18/5/1972)

RESOLUÇÃO DO CUNI-GB SOBRE AS MEDIDAS TOMADAS EM RELAÇÃO AO CASO S PELA COM.GB E PELA CEX. DO CC

1. O Cuni-GB, levando em conta

- que a decisão adotada pela ComGB e endossada pela Cex. do CC implica em considerar que este organismo cometeu, em sucessivas discussões, ao longo de dois anos, um erro em matéria de tão relevante interesse para o P.;

- e que, portanto, como o estaria demonstrando esse erro, enfrenta problemas ideológicos sérios;

- que não considera que a discussão sobre este problema tenha sido trazida pela ComGB ou pela CEX do CC;

- que não julga sofrer de tal deficiência, acreditando serem justas as concepções que informaram a sustentação da opinião sobre o caso S;

RESOLVE

Reafirmar seu dever de, sem deixar abalar-se a confiança em sua própria capacidade, continuar dirigindo política, orgânica e ideologicamente o setor univ. da GB.

2. O Cuni-GB mantém integralmente sua posição em relação à prisão, ao comportamento e ao reingresso do camarada S no órgão dirigente do setor univ. da GB, aprovada inicialmente pela direção do setor antes da VI Conf. Univ., ratificada por esta e pela seguinte conferências, e ainda uma vez aprovada pelo Cuni em nov/1971. Esta opinião, que contesta a medida adotada pela ComGB e endossada pela Cex. do CC, é a de que o cam S desenvolveu um processo autocrítico desde que saiu da prisão, há pouco mais de dois anos, dando mostra, plenamente, de sua capacidade de integrar o Cuni; e de que os riscos de segurança que implica sua atividade no Cuni não são de molde a determinar seu afastamento, achando-se cobertos, na medida de nossas forças, pelas providências cabíveis.

3. O Cuni resolve, ainda, redigir um documento dirigido ao CC, recorrendo da decisão adotada pela ComGB sobre o caso S.

4. E, finalmente, resolve solicitar à COMGB que suspenda a aplicação da medida até nova e mais aprofundada discussão e pronunciamento do CC a respeito do recurso.

(13/5/1972)



RESOLUÇÃO EM SEPARADO SOBRE O PEDIDO DE REVISÃO DO CASO S.

O CUNI-GB, CONSIDERANDO:

1. A solicitação trazida ao sec. do Cuni pelos camaradas da ComGB no sentido de que o camarada S fosse desligado do setor a fim de cumprir novas tarefas de construção e direção política em outros organismos partidários, onde sua presença seria mais necessária;

2. que, a partir desta solicitação - aprovada em primeira instância pelo sec. - foi realizado um encontro dos camaradas da ComGB com o camarada S para tratar dos assuntos relativos à sua transferência e que, neste encontro, foram também discutidos os problemas referentes à passagem do camarada S pela prisão;

3. que, nesta discussão, o camarada S enfrentou a questão do seu comportamento de maneira sincera, leal, honesta e verdadeiramente autocrítica;

4. que, a partir desta discussão, os camaradas da ComGB resolveram não só sustar a transferência do camarada S mas também requerer do Cuni a revisão do caso S e da própria posição anteriormente assumida por esta direção;

5. que este assunto já foi objeto de deliberação na VI Conf. Univ., na presença de delegações da direção nacional e estadual do p. — e aí foi tratado de maneira responsável e partidária, levando-se em conta não só o comportamento do camarada S mas as possibilidades de recuperação e a disposição autocrítica por ele demonstrada, bem como os reais interesses do p. e da classe operária, que não podem exigir a marginalização de um quadro em processo de formação e que já deu, em inúmeras ocasiões, demonstrações inegáveis de dedicação e fidelidade partidárias e de capacidade de direção política;

6. que, desde a VI Conf. Univ. da GB, já transcorreram quase dois anos, nos quais o camarada S retomou suas atividades, desenvolveu um verdadeiro processo autocrítico e contribuiu para o desenvolvimento de nossa política e para o crescimento e fortalecimento do p. — e que, neste período, foi realizada a nova Conf. Univ., na qual o camarada S foi reconduzido à direção do setor, na presença de delegações das direções nacional e estadual de nosso p., sem que nenhum óbice fosse levantado a essa decisão;

7. que o acatamento das direções estadual e nacional do p. às decisões das Confs. Univs. sempre nos pareceu basear-se na confiança de que o Cuni era capaz de resolver sobre as questões de princípio da organização no setor;

8. que o Cuni da GB, ao longo de sua história, nunca transigiu com os princípios de organização do p. e sempre procurou aplicá-los de acordo com os interesses concretos da classe operária brasileira;

9. que os êxitos que alcançamos em nosso setor de outra forma seriam impossíveis, e que estes êxitos não são vitórias "nossas" mas de todo o p. e da própria classe operária brasileira e de nossa política;

10. que esperamos contar sempre com o apoio dos organismos dirigentes de nosso p. para alcançarmos novos êxitos e superarmos as dificuldades,

RESOLVE:

1) Reafirmar as decisões de duas Confs. Univs. no tocante ao problema do camarada S.

2) Confirmar o camarada S como 1º-sec do Cuni da GB.

3) Considerar desnecessário, extemporâneo e prejudicial o afastamento do camarada S, nos termos em que ora se coloca, embora entenda útil o prosseguimento da discussão sobre o assunto.

4) Solicitar aos camaradas da ComGB que rediscutam a questão e modifiquem o conceito que formaram sobre estes fatos.

(27/11/1971)





(3) Rejeito a utilização de argumentos de equívoca para invalidar esta decisão. Não adito mais — mesmo que seja para — a atitude de afetar pessoas que sejam localizadas pela polícia, automaticamente. Isto pode ser comido, como pode ser exposto de burocratismo e defasado. Pode ser comido resistir e tocar pra frente — é o que continuamos fazer. No "caso Samuel", no "caso Hugo", no "caso Luis" e no meu (5 presos durante o curso não me afetaram, de minha base, do CU e de seu Secretariado). O resultado, não precisamos defender apenas com argumentos, mostramos na prática: Partido construído no que há de essencial, do setor, dirigente do movimento real existente, fazendo frangas, resistendo.

(4) Acho que devemos continuar resistindo: ao regime, às deformações ainda existentes no partido. Acho que devemos continuar, determinação, a dar a nossa contribuição pessoal, para alcançar os objetivos: CONSTRUIR O PARTIDO.  
Isso é o que importa.

Opinião do "Davidzinho"  
do CU de Gb em 02/5  
A cerca de Recurso do  
CU. 10% em maio de 1972 -

A T E N Ç Ã O:

0 original deste documento (com 3 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

Quanto ao pedido de  
suplenção de com. g. do governo  
Sessão de 20/11/57 (in photo 175)

O Sr. Tanzi about de assistência pela a provisões do artigo 101  
e do 102 do estatuto.

Que se o Sr. Tanzi é o direito de dispensar a assistência  
45 com o estatuto não se resolve como está escrito

O pedido que se exige, em minha opinião, é o seguinte:

E se de modo algum a concessão de assistência que a comissão  
tem em vista ao Sr. Tanzi, não se trata de assistência.

De uma parte a comissão entende que precisa de uma  
pedida petição para a S. D. De outra parte, a petição primeira  
orienta para os meios para obter a mesma.

Um petição pode não conseguir tirar o direito de  
de, muito menos aquilo que pedem em a ideologia burguesa.  
Um petição pode não conseguir aquilo que se  
a ideologia burguesa.

A petição que está a ser pedida que se exige da vida  
para se começar por dentro, é a de ideologias socialistas  
com o objeto de compreender a sua natureza de classe e  
o direito humano que constitui a militância, para a vida.  
Fé seja, que se a doutrina vai com, que a classe social  
está com o Estado, etc.

Não me esqueça que a vida social, e que se trata de manter a  
um petição social, é que os meios de comunicação por que se vive  
centenas de vezes, mais, com o Estado e a sociedade com a vida que  
que os valores que são os valores com o corpo de governo  
liberal.



O que o partido precisa é de política. Fazer política  
 é criar política, organizar os meios politicamente e fazer  
 na <sup>prática</sup> política os estudos que geram esta ação política em  
 um nível organizador, para que com os meios, na vida,  
 nos tornemos um partido nacional, isto é, um partido  
 que responda com seus estudos de compatibilidade às necessidades  
 dos meios explorados pela burguesia.

Além do partido estão atualmente quem é o inimigo, quem é  
 o com o qual se luta. Está prejudicado com sua ideologia  
 revolucionária e instrumentos materiais a tomada do  
 poder pela classe operária.

Mas se está, por exemplo, sem meios ideológicos e  
 organizadores, porque a ação da massa política não cria  
 nos fatos política. Faltam a ação política, a justificação  
 da importância desta ação. Quanto menos a ação política melhora  
 os meios, os meios.

Quando se discute em Deus ou em justiça, a política  
 que se faz é que se luta, e o momento em que se discute  
 que o Deus não seja um ser mais do que 10 mandamentos da teologia  
 segundo os princípios ideológicos.

Quando se discute em Deus ou em justiça, a política  
 que se faz é que se luta, e o momento em que se discute  
 que o Deus não seja um ser mais do que 10 mandamentos da teologia  
 segundo os princípios ideológicos.

Quando se discute em Deus ou em justiça, a política  
 que se faz é que se luta, e o momento em que se discute  
 que o Deus não seja um ser mais do que 10 mandamentos da teologia  
 segundo os princípios ideológicos.

no momento que para a qual devesd. tentas formalizar  
a politica como costumeiramente fazes para as comunidades  
seus portais em B.

Seja que devesd. fazer essa forma, ou talvez de principio  
que não fazem, mas se a natureza pedissem ser regulada  
e controlada?

Na hora de medida, não do resto, não pedissem,  
seja para de cima no idealismo, seja com os métodos  
de consenso. Não conseguindo ver sentido como o homem  
que vive.

Se conseguindo ver sentido, como o homem que vive, era  
a medida, porque segue sua vida num portais e por  
uma politica quando no o conjunto. Por um homem  
que luta com gestos contra a qual que o preconceito  
e o prejuizo vultoso, mas jamais. Não. Porque a  
tudo não é tecnica



... e ...  
... e ...  
... e ...  
... e ...  
... e ...

... e ...  
... e ...  
... e ...  
... e ...  
... e ...

... e ...  
... e ...  
... e ...  
... e ...  
... e ...

... e ...  
... e ...  
... e ...  
... e ...  
... e ...

A T E N Ç Ã O:

O original deste documento (com 5 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

A Com baseia na proposta no fato de que achas de q se o Com Com ev. deu uma vez para a virar nova.

Considero a proposta de Com impertinente e desobediência por vários motivos:

① que o caso do Com São João foi qualificado pelo utór a quem ele pertence e achos que o utór universit, sulcia tulla faltar como qq outro, não é aboluta, um utór composto de irresponsáveis, ou de pessoas que não tenham como preocupação a defesa a acção do partido.

São indubitáveis todos dados anteriores q affirmar Qua crise q praticas a calou q o P na CB o utór mantive-se sempre; contruio e fty o P orisat.

② que foi um dos poucos, mas o único utór q teve pessoas da direcção presa na CB, e não acatou.



II  
 ② que acho que temos que reconhecer a  
 fraguza do PCB; reconhecer não pra  
 se acovardar, mas para melhorar. Não  
 podemos fazer de conta q o PCB é o par-  
 tido ideal, que todos são perfectos: o PCB  
 dos Subterrâneos da Sibéria.

Não é isso; e o PCB não pode exigir  
 dos seus militantes que sejam militantes  
 perfectos, um partido que não é per-  
 fecto.

Não quero desculpar o Sam, mas  
 admitir que ele fraguou, mas em per-  
 guntó a sua fraguza é ≠ "qualitati-  
 va" da do P em geral. Ele fraguou  
 ideológica, mas podemos dizer que o  
 P o preparou ideológica pra enfrentar qq  
 situação, ele ou a qq dos seus militan-  
 tes.

O q q nós vemos todo dia no PCB,  
 dentro e fora da prisão. São camarar-  
 das que vacilam: vacilam em ir a uma  
 reunião, a um ponto, em arranjar um

**ATENÇÃO**

ESTE DOCUMENTO

CONTINUA NA PRÓXIMA MICROFICHA